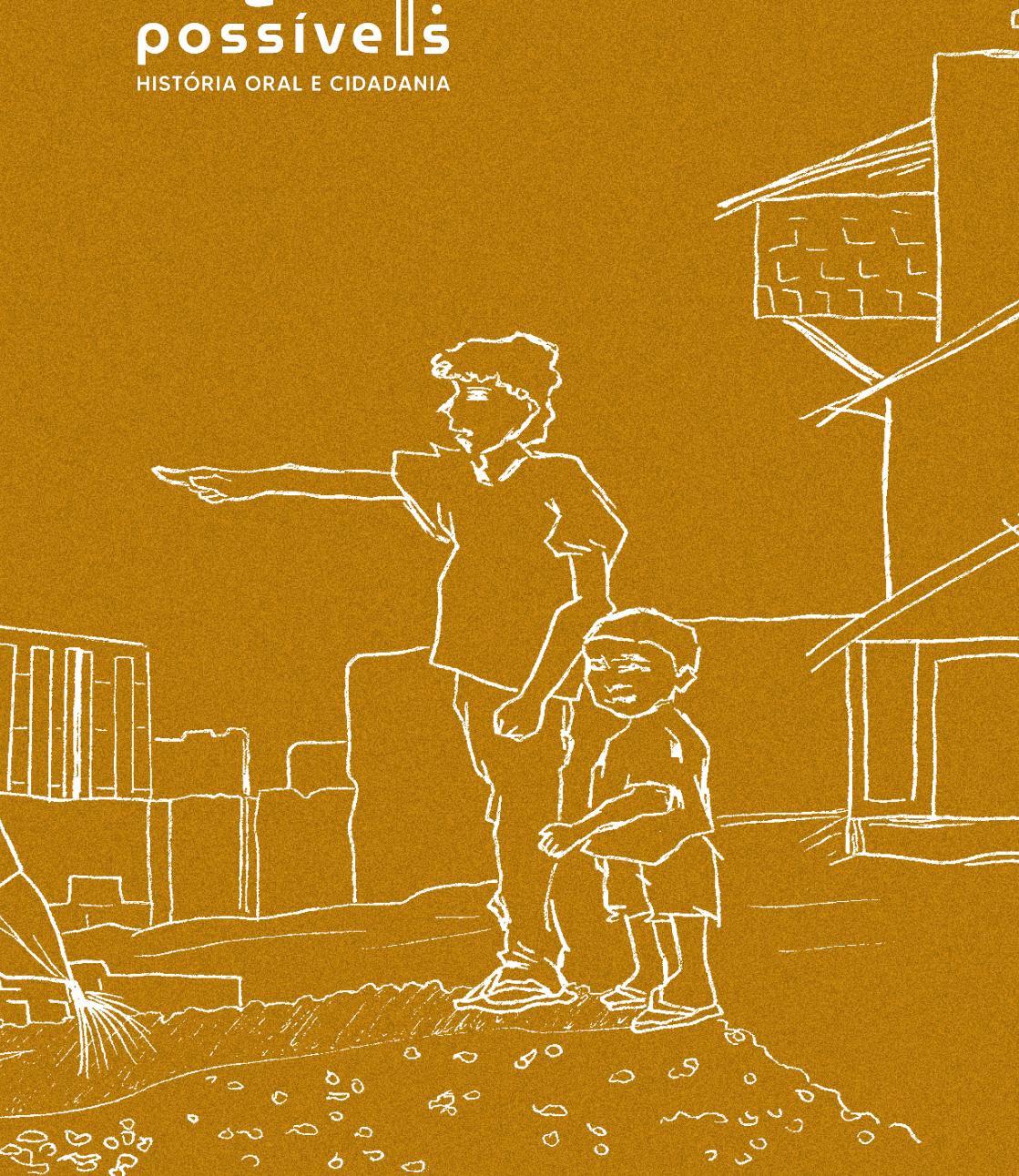


direito à memória: contranarrativas

**imaginário
possível**

HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA



material
educativo

**imaginário
possível**

HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Imaginários possíveis : história oral e
cidadania / [coordenação Nádia Bosquê, Rodrigo
Fernandes, Edna Yumi Onodera]. -- São Paulo :
AEP Serviços Culturais, 2025. --
(Material educativo ; 1)

Vários autores.
ISBN 978-65-998785-7-2

1. Acervos institucionais 2. Ações educativas
3. História oral 4. Memória 5. Museu da Cidade de São
Paulo 6. Museus - Aspectos educacionais 7. Museus -
Coleções I. Bosquê, Nádia. II. Fernandes, Rodrigo.
III. Onodera, Edna Yumi. IV. Série.

25-257976

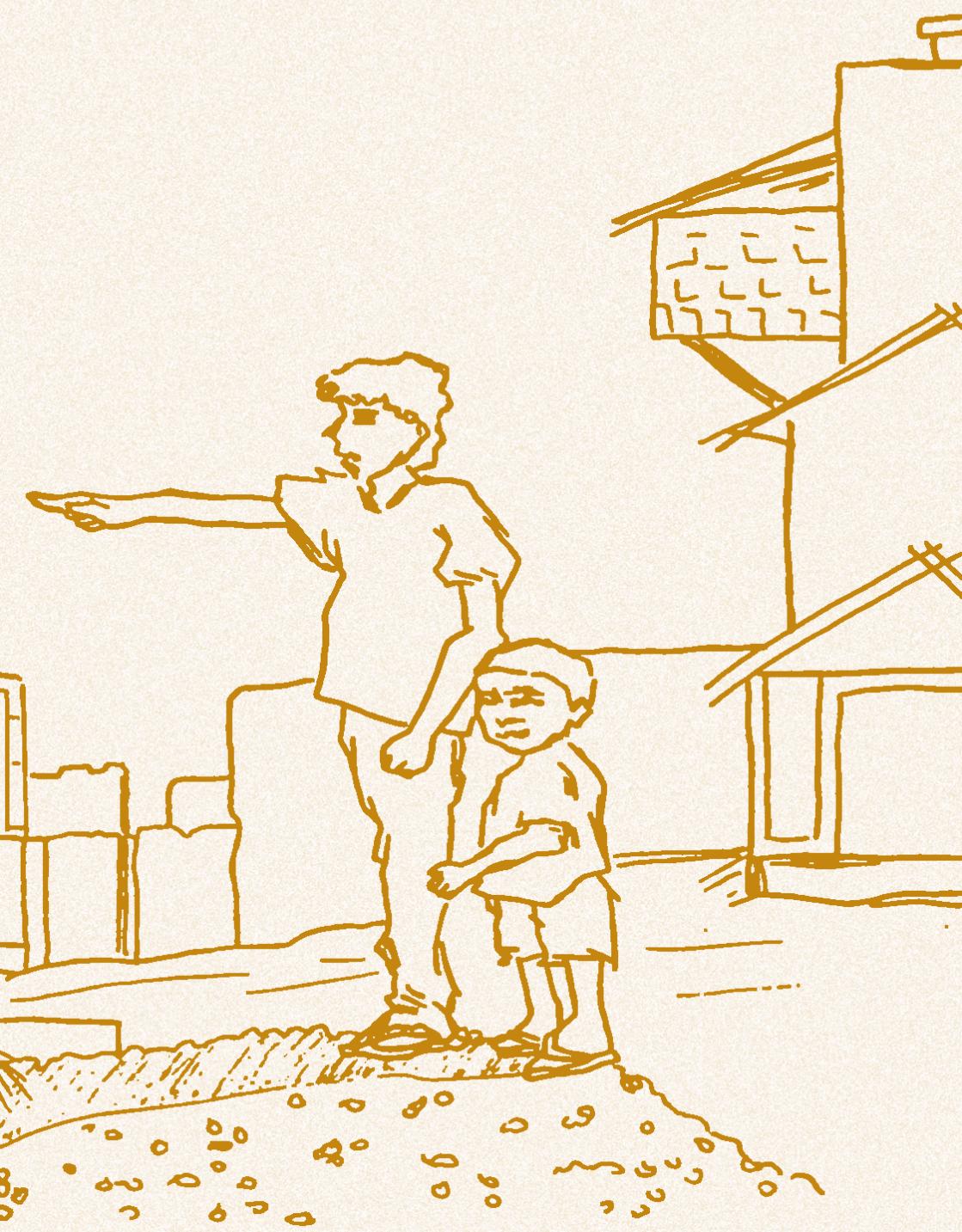
CDD-370.733

Índices para catálogo sistemático:

1. Museus e arquivos : Prática de ensino : Educação
370.733

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

- 5 **APRESENTAÇÃO**
Núcleo de Formação e Desenvolvimento de
Públicos (MCSP)
Arteseducação Produções (AEP)
Núcleo de História Oral (MCSP)
- 15 **O ARQUIVO COMO LUGAR DE REINVENÇÃO DO
IMAGINÁRIO**
Lucas Xavier
- 21 **ORALIDADE E TRADIÇÃO ORAL: CULTURA
AMEFRICANA E AFRODIASPÓRICA**
Isis Silva
- 30 **POR UM MUSEU DECOLONIAL: HISTÓRIA ORAL
COMO FERRAMENTA**
Heloisa Rosa
- 37 **POSSIBILIDADES DA HISTÓRIA ORAL PARA UMA
HISTÓRIA DOS TRABALHADORES**
Rafael Pencinato



Publicação educativa

O Museu da Cidade de São Paulo tem sua estrutura física formada por uma rede de doze casas históricas e um logradouro, construídas entre os séculos 17 e 20, distribuídas na malha urbana paulista e representam remanescentes da ocupação da área rural e urbana da cidade de São Paulo. Os espaços são: Beco do Pinto, Casa da Imagem, Capela do Morumbi, Casa Bandeirante, Casa do Grito, Casa Modernista, Casa do Tatuapé, Casa do Sítio da Ressaca, Casa Sertanista, Chácara Lane, Cripta Imperial, Sítio Morrinhos e Solar da Marquesa de Santos. O museu percorre o desafio de tratar como acervo operacional uma cidade-capital, sede da Região Metropolitana de São Paulo.

Ao longo de décadas, o Museu da Cidade de São Paulo reuniu seu acervo institucional, e atualmente está dividido em seis tipologias: arquitetônico, fotográfico, bens móveis, história oral, documental e bibliográfico. Carrega enquanto definição a missão de “gerar, sistematizar e socializar o (re) conhecimento sobre a cidade de São Paulo, fomentando a reflexão e a conscientização de seus habitantes e visitantes, abordando a transformação e o desenvolvimento da sociedade”.

O Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos integra o Núcleo de História Oral e é responsável pelas áreas de educação e acessibilidade do Museu, desenvolvendo ações para criar conexões entre suas unidades e a cidade de São Paulo, bem como estabelecer relações dialógicas com os seus acervos, com o público visitante e com os profissionais

da educação. Tem, enquanto propósito, promover encontros e reflexões por meio de suportes distintos, criar espaços de discussões sobre a cidade e seus desdobramentos e, a cada nova caminhada, assume uma postura de constante investigação dos meios para arredar a postura convencional e colonizada de museus, procurando conhecer e integrar em suas estruturas as múltiplas vozes e culturas que permeiam as histórias, memórias e construções de São Paulo, para além daquelas já presentes.

O material educativo, desenvolvido para profissionais da educação, é uma das iniciativas do Núcleo e resulta da pesquisa e investigação conduzidas pelos Educadores Pesquisadores do Museu. Esse trabalho alia os interesses individuais dos pesquisadores aos temas que dialogam com a cidade de São Paulo e seus acervos. Neste caso, o foco recai sobre o acervo de História Oral, ativado por um núcleo interdisciplinar composto por profissionais de diversas áreas da instituição.

Neste material você irá encontrar três eixos, sendo que no primeiro são apresentados quatro textos críticos e de contextualização, seguidos do eixo dois com quatro textos que contam com um aprofundamento nos temas abordados pelo Acervo de História Oral, encerrando com o eixo três em que são apresentadas sete propostas de ações práticas para serem experienciadas em sala de aula, com grupos diversos e em ambientes descolados dos padrões educativos formais. Elaborados majoritariamente pelo Grupo de Trabalho “Pesquisa e Materiais Educativos”, da equipe educativa do Museu, o qual é composto por profissionais de formação multidisciplinar, fato que potencializa a abordagem que

transita entre as diversas linguagens da arte, literatura e história. Acreditamos que essa diversidade traz aos materiais abertura para conexões entre as abordagens que intercruzam um museu de cidade.

Por fim, convidamos você a partir das proposições deste material, a pensar na cidade em que se encontra, suas composições sociais e políticas, bem como quais são as histórias que foram elegidas para serem memoradas, quais foram excluídas e, a partir de uma reflexão profunda, possa encontrar meios de transformar os espaços que vivenciamos cotidianamente com os recursos educativos aqui apresentados. Desejamos, com este material, potencializar o diálogo entre o Núcleo de Formação e Desenvolvimento de Públicos, do Museu da Cidade de São Paulo, e os trabalhadores dos diversos campos da educação para que possamos cada vez mais compreender as necessidades da área educacional e fornecer recursos para que o Museu possa ser, a cada dia, um espaço mais democrático, voltado às práticas educativas através de suas proposições e da forma como se apresenta. Portanto, caso tenha sugestões, comentários, ou queira dar um retorno sobre o uso deste material, ficaremos felizes em dialogar.

**NÚCLEO DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PÚBLICOS
MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO**

Nádia Bosquê

Rodrigo Pereira Fernandes

Os materiais desta investigação

O presente material educativo se debruça sobre o Acervo de História Oral do Museu da Cidade de São Paulo. Aqui, destacam-se quatro histórias ou movimentos que, por meio das narrativas de muitos, evidenciam as lutas, as resistências e os processos de construção identitária e política de São Paulo. Essas histórias incluem: o movimento dos Queixadas e a resistência dos trabalhadores durante a grande greve da Companhia Brasileira de Cimentos de Portland, um marco nas lutas operárias; a comemoração dos 100 anos de abolição legal da escravatura no Brasil, que culminou na exposição “A Trajetória do Negro no Espaço Paulistano” e trouxe à tona a complexa trajetória de inserção e resistência da população negra na cidade; o projeto de história oral em Heliópolis, que documenta os embates por direitos básicos, como moradia e infraestrutura, e reflete a contínua mobilização das periferias; e, por fim, o movimento pela Saúde e a criação do Hospital Campo Limpio, símbolo das batalhas pela garantia do direito à saúde.

Os textos contidos no material “Imaginários Possíveis: História Oral e Cidadania”, elaborado pelos educadores do Grupo de Trabalho Pesquisa e Materiais Educativos, estão organizados em dois eixos discursivos - Direito à memória: contranarrativa e Direito à cidade: legado das lutas), somando ao material um caderno de propostas educativas - Investigações.

O primeiro eixo, “Direito à memória: contranarrativas” é ferramenta fundamental para entender a constituição do estado democrático de direito, a exclusão de populações minorizadas, as bases materiais e teórico-conceituais para

o surgimento de uma história oral e de um legado de luta, mas também de luto - um estado de vigília. O segundo eixo, “Direito à cidade: legado das lutas” apresenta quatro estudos de casos evidenciando o dia a dia que essas populações relatam, desde suas dificuldades, as ausências do Estado, as dinâmicas territoriais (centro x periferia), até os pontos de encontros, as pequenas felicidades do cotidiano e as conquistas das insurreições diárias. Da organização política primeira, sejam essas do movimento negro, das comissões de saúde, dos trabalhadores operários e/ou movimento por moradia, demarcando uma São Paulo repleta de trincheiras ocupadas por pessoas: “são pessoas, e elas tinham que tomar consciência de que são pessoas” (Frei Sérgio, um dos entrevistados) [...] “à procura de identidade e solidariedade” (Maria Agostinha da equipe de História Oral do DPH).

Neste material, temos um jogo duplo, que não necessariamente segue uma linearidade, mas que se impulsiona mutuamente através de seus eixos, ferramentas, técnicas, aportes teóricos e investigações. Em diálogo com as dinâmicas sociais e raciais da cidade de São Paulo, e sem deixar de lado os progressos e as conquistas agenciadas através da memória e de diferentes reivindicações, o material busca chamar atenção para os diversos níveis que formam a paisagem da cidade, a exemplo de sua construção infraestrutural, bem como as camadas subjetivas e culturais que se originam fora do centro urbano. As margens são, portanto, aqui compreendidas como operadoras básicas para a sobrevivências.

É fundamental entender este trabalho feito por muitas mãos e vozes como um trabalho de vigília, e que persegue uma ética e um cuidado para com os contadores das histórias

que aqui são recontadas e relocalizadas, e para com os feitores do material em si, feito com muito trabalho e suor, mas sem que esqueçamos o valor do riso.

Assim, convidamos vocês, com toda licença do mundo, a entrar com cuidado, “pisando fofó”, em histórias e tempos que podem ou não ser nossos, e nas possibilidades de futuros outros encaminhados pelo imaginário suscitado destes registros orais e pelo presente assentado por aqueles que vieram antes.

Pois, se tivermos sorte, vivemos sabendo que o vestígio que nos posicionou na não cidadania. Se tivermos sorte, saber desse posicionamento nos trará maneira específicas de (re)ver, (re)habitar e (re)imaginar o mundo [...] Minha esperança é que a práxis do vestígio e do trabalho de vigília, a teoria e a performance do vestígio e do trabalho de vigília, como modos de cuidar da vida e do sofrimento de pessoas negras, sejam imaginadas e performadas aqui com especificidade suficiente para responder à hediondez dos múltiplos e sobrepostos presentes que enfrentamos; também espero que a práxis do vestígio e do trabalho de vigília tenha capacidade suficiente para viajar e realizar trabalhos que não fui capaz de imaginar ou antecipar aqui. (SHARPE, 2023, p.50-51)

**SUPERVISÃO EDUCATIVO
ARTEDUCAÇÃO PRODUÇÕES**
Cassandra Maria Miyabe Costa Moura
Rodrigo dos Santos Monteiro

História Oral no Museu da Cidade de São Paulo

O Acervo de História Oral do Museu da Cidade de São Paulo abriga diferentes coleções relacionadas à memória paulistana que contemplam, por exemplo, o Teleteatro Paulista nas décadas de 50 e 60 e efemérides como o IV Centenário da Cidade e o Centenário do 1º de Maio. Reúnem depoimentos, oficinas e seminários gravados por diversas personalidades, muitas já falecidas como: Walter George Durst, Alex Periscinoto, Paulo Vanzolini, José Mindlin, Aziz Ab'Saber, Antonio Cândido de Melo e Souza, Cassiano Gabus Mendes, Vida Alves e Mário Chamie.

Já nos anos 80 havia a preocupação de ampliar o acesso do público a narrativas, imaginários e trajetórias de grupos sociais que são parte da construção histórica da cidade de São Paulo, mas sofrem um processo de apagamento pelas instituições responsáveis pela preservação da memória coletiva. Assim, as “Lembranças de São Paulo” foram coletadas com um Grupo da Terceira Idade e em coleções territoriais como Jardim Elba foi abordada a Memória do Migrante.

No Jardim da Luz, além do então Diretor da Pinacoteca do Estado de São Paulo Emanoel Araújo, foram coletados depoimentos do Fotógrafo, do Guarda Civil e das profssionais do sexo. Na coleção Memória e Processo do Trabalho há histórias de motoboys, catadores de papel, artesãos da Praça da República e ambulantes dos Largos 13 e da Concórdia, Rua 25 de Março, Lapa e Itaquera.

Na coleção Memória Étnica constam entrevistas com pessoas do Povo Pankararu e das Aldeias Guarani e Krukutu. E Movimentos Sociais como os de Moradia de Heliópolis e São Marcos e do Trabalhista no ABC.

Interrompidas em 2006, as atividades de História Oral vêm sendo reativadas pela equipe multi setorial do MCSP desde 2021, procurando atuar nessa linha de inclusão através de exteriorização de acervo com uma linguagem artística e museológica, além da ampliação de acervo visando futuras ações de fruição.

Entre 2021 e 2022 o projeto Memórias de Perus realizou novas entrevistas relacionando diálogos contemporâneos com a história da Fábrica de Cimento Portland e as greves operárias da segunda metade do século XX, coletadas durante a década de 1980 para uma coleção do acervo. O trabalho foi feito em conjunto com o Quilombaqué, Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza e a Biblioteca Padre José de Anchieta e incluiu a filmagem e produção de um pequeno documentário e uma edição do Museu de Rua (modalidade de exposição elaborada pelo arquiteto Julio Abe que implementa exposições nas ruas da cidade de São Paulo) em Perus e no centro da cidade.

O projeto “Trajetória do Negro no Espaço Paulistano” foi iniciado nos mesmos moldes em 2023 e trata de uma coleção nos anos 80. Foram contratados na modalidade residência Artística / Pesquisa de Acervo produtor e jovens pesquisadores negros que atuam no campo da pesquisa e produção da população negra. Já a ideia

do próximo projeto - previsto para 2024 e 2025 - é tratar a “Presença Indígena na Cidade de São Paulo”. Apesar dos desafios e limitações, a municipalidade tem contribuído para reverter esse cenário de desigualdades. Suas ações vêm promovendo novas formas de acesso e divulgação do acervo, além de ampliar perspectivas na busca por descolonizar os olhares.

Os esforços do Núcleo de História Oral em não protagonizar os projetos visam fazer um trabalho mais atento ao entorno/território, onde mora o cerne do interesse público.

ACERVO DE HISTÓRIA ORAL

Evaldo Piccino

NÚCLEO DE HISTÓRIA ORAL DO MUSEU DA CIDADE DE SÃO PAULO

Brenda Marques

Bruna Bonifácio

Elton Bueno

Emilia Maria de Sá

Evaldo Piccino

Nádia Bosquê

Paula Talib Assad

Rodrigo Pereira Fernandes

Wesley de Jesus Novato

DIREITO À MEMÓRIA: CONTRANARRATIVAS



O arquivo como lugar de reinvenção do imaginário

LUCAS XAVIER

Qual a importância de um arquivo para uma cidade? Uma vez que a palavra ‘arquivo’ diz respeito tanto ao prédio onde se guardam os documentos quanto ao próprio conjunto de documentos que constitui o acervo arquivístico, me refiro, especificamente, aos documentos¹.

Quais usos são possíveis para esses documentos? Em relação ao poder e a função do arquivo na sociedade, o intelectual camaronês Achille Mbembe chama atenção pelo caráter ambíguo (fantasmagórico) que esses documentos possuem. Ambíguo porque precisam ser mantidos e controlados² e desse controle provém o poder legítimo do Estado, mas, ao mesmo tempo, possuem um potencial de abalar suas bases de legitimação. Um governo mantém a salvaguarda dos documentos porque se reserva o direito (a guarda), ao mesmo tempo que os teme – “os mortos devem

1. Aqui é importante evidenciar que a noção que se tem em relação ao documento é a que o compreendido de maneira ampla, desse modo, não apenas são considerados os documentos produzidos e legitimados pela oficialidade, mas também os: relatos orais, cartas, iconografia (artes visuais e imagens em geral), registros fonográficos, etc.

2. A partir da criação de um modo de existência em que razão e corpo estão separados e em que natureza e cultura são apartadas, o Estado moderno organizou a divisão do trabalho por intermédio da especialização e a criação do aparato burocrático; tal empreitada se deu por meio da centralização do poder. Nesse sentido, foi e é fundamental para o Estado nacional manter essa ordem, se voltando contra toda e qualquer prática que vá contra essa concepção de mundo. Dito isto, é inerente ao caráter burocrático do Estado democrático de direito manter e controlar os documentos.

ser formalmente proibidos de causar desordem no presente” (MBEMBE, 2002). Assim, o Estado organiza a sociedade porque tem o aparato burocrático e a prerrogativa da violência. Nesse sentido, segundo Mbembe:

“A violência que constitui o Estado repousa, no final das contas, na possibilidade, que nunca deve ser ignorada, de recusar-se em reconhecer (ou liquidar) uma ou outra dívida. Essa violência se define em contraste com a essência mesma do arquivo, uma vez que a negação do arquivo é equivalente à negação da dívida.”

MBEMBE (2002)

De outra maneira, de modo a apaziguar esses fantasmas que podem se insurgir a qualquer momento com reivindicações incômodas, o Estado como que “reativa” uma certa memória coletiva dessa natureza reivindicatória, mas o faz de uma forma celebrativa. De acordo com o autor, a celebração (folclorização³), pensada e posta em prática nesses termos,

3. O folclore, como campo de estudo dos costumes e crenças de um povo, é bastante criticado porque considera que a cultura popular não muda, mas permanece congelada ao longo dos tempos. Nesse sentido, quando o autor chama a atenção para o caráter nocivo da folclorização/celebração, ele está reafirmando essa noção, porque o documento que poderia ser “reativado” e colocar o passado sob uma perspectiva crítica, acaba por reafirmar acriticamente em tom celebratório um evento que poderia ter o potencial de nos fazer repensar o presente. Um exemplo: quando se comemora o treze de maio como sendo a data da abolição da escravidão, se perde a perspectiva crítica que informa que os ex-escravizados foram deixados à própria sorte logo após a abolição.

faz com que uma memória se torne objeto de consumo para as massas e isso seria um jeito de esfriar o caráter de sublevação que contém o documento arquivado, ou seja, seu potencial de ser usado para nos fazer pensar, agir e tomarmos as rédeas das nossas próprias vidas, enquanto comunidade. A dupla natureza do documento faz com que seu uso possa se converter em algo aberto à intervenção e à invenção, ou em algo que reafirme o poder e encerra o diálogo. A partir disso, convém pensar no Arquivo como lugar de intenção acerca da realidade no presente e assim refletirmos sobre o que fazer hoje com as possibilidades que o documento de ontem nos oferece.

Partindo do acervo de história oral do Museu da Cidade de São Paulo, foi decidido que iríamos retomar esses registros para a construção do material educativo. Refletimos, então no porquê de o fazê-lo e como fazer. E dessas indagações pensamos nos modos de compreender esse material a partir de uma leitura e análise que se dá a nível individual, quando levamos em conta a subjetividade de cada pessoa implicada no processo; a nível coletivo, quando levamos em conta o processo de construção dessa empreitada ao longo dos anos até o momento atual, além das várias camadas de significação contidas nesses diálogos que foram gravados.

Portanto, essa é a nossa sugestão. Também pensamos em como o seu uso poderá e deverá ter desdobramentos, à medida que o material educativo tem a intenção de se apropriar da prática da oralidade (história oral e tradição oral) como ferramenta de aprendizado crítico que tem como fundamento o fazer coletivo, porque uma vez que falamos

algo, falamos com alguém, uma segunda pessoa (no mínimo) nossa interlocutora, que seria essa pessoa que poderia nos ouvir.

A constituição do acervo de História Oral se dá num momento político e cultural específico, de retomada da democracia. Portanto, a Cidadania Cultural era diretriz da política do Departamento do Patrimônio Histórico. Desse modo, quem criaria as próprias memórias seriam os trabalhadores em luta, não o Estado. Ao Estado caberia, na forma de prestação de serviço público, o subsídio técnico aos movimentos sociais.

Esse tipo de política era necessária naquele momento histórico e continua sendo, porque São Paulo se faz, enquanto cidade, a partir de um processo que excluía as “gentes indesejadas”. A partir do momento de ascensão econômica da segunda metade do século XIX em diante, houve uma tentativa das classes dirigentes de transformar a cidade numa metrópole moderna a qualquer custo (com tudo que isso implica). E isso teve reflexo na vida social, econômica e cultural da cidade.

O Patrimônio edificado, por exemplo, tem razão de ser segundo critérios adotados por um imaginário específico em relação ao que a cidade deve ser a partir do que os símbolos evocam: heróica, grande, altiva, que conduz e não é conduzida.

Outro exemplo: a expansão que se dá no fazer urbano da cidade, ou seja, a ocupação de terrenos cada vez mais distantes do centro da cidade, ocorre de modo que os melhores terrenos foram reservados para as pessoas ricas.

Esse processo é descrito pela arquiteta e urbanista Raquel Rolnik como tendo sido um projeto de cidade, no livro São Paulo: o planejamento da desigualdade, e como o próprio título atesta, a desigualdade urbana na cidade não se deu ao acaso, foi planejada.

Na nova edição desse mesmo livro, a autora convida o rapper Emicida para escrever o prefácio. Ele falará a partir de outra perspectiva que não a triunfalista da cidade que “deu certo” (ainda resta alguma dúvida que o projeto de cidade moderna fracassou?). Ela vai enfocar no aspecto de teimosia insistente dessas pessoas que, via mutirão, construíram suas casas, apesar de todas as barreiras. E do aspecto formativo que esse tipo de vida comunitária propiciava naquele contexto. Contexto esse descrito por Rolnik, como:

“Um movimento cultural e político se formou entre os trabalhadores que construíram as periferias e favelas, nos anos 1960 e 1970, a partir de organizações que emergiram de movimentos de base da Igreja Católica, de sindicatos e, a partir dos anos 1980, de movimentos sociais e partidos. Esses movimentos operaram como atores políticos na transição democrática, articulando o desejo de ascensão social à luta pela cidadania.”

ROLNIK (2022)

O quadro político das lutas presentes na documentação que trataremos nesse material nos informa sobre disputas que ocorreram em um ambiente bastante diferente do que vivemos hoje.

O nosso tempo demanda de nós outras estratégias de ação. Nossa perspectiva de cidade no século XXI se organiza de outra maneira, tanto do ponto de vista da política institucional quanto das disputas no território da metrópole.

Assim, hoje, a retomada desse conteúdo, dessas narrativas, é fundamental porque pela análise desse legado podemos vislumbrar um futuro no presente, mirando à frente e olhando pelo retrovisor, reconhecendo e aprendendo com quem veio antes. Sem romantismo em relação às lutas do passado, mas compreendendo que existe um contexto e que a partir do engajamento e do trabalho intelectual e da prática educativa, é possível avançar.

Destacamos, assim, o caráter formativo desse empreendimento. Como nos ensinou Bill Schwarz em um texto da época dessas discussões em torno do Patrimônio é que se deu na cidade: “a construção de uma identidade coletiva é uma prática política complexa e desordenada, na qual a linguagem e o símbolo desempenham um papel constitutivo” (SCHWARZ, 1992). Esperamos, por meio desse trabalho fomentar o pensamento crítico e liberar os fantasmas do passado para rearranjar a ordem do presente.

Oralidade e tradição oral: cultura amefricana¹ e afrodiásporica

ISIS SILVA

Oralidade: tecnologia ancestral

A oralidade apresenta-se como ferramenta elementar na transmissão de saberes nas culturas indígenas em solo brasileiro.

Sendo apresentados como **povos ágrafo**s, preservaram suas tradições por meio do uso da palavra, tendo também como modo próprio de registros e escrita, os grafismos indígenas, tal qual existiram o **papiro de Ahmes**, os **hieróglifos egípcios** e os **quipos incaicos**, que foram deslegitimados pela visão ocidental e **etnocêntrica** dos colonizadores, sendo essas ferramentas tecnologias desenvolvidas por povos que tinham e têm por metodologia, ensinar através da oralidade a formação educativa, o ensino de ofícios, a difusão da religiosidade e todo modo de vida indígena pertencentes a uma **cosmopercepção** que destoa à dos invasores.

Apesar da invasão portuguesa, os indígenas preservaram seus saberes e disseminaram seus conhecimentos através da tradição oral e, segundo Kopenawa (2015), a ancestralidade e a espiritualidade têm papel fundamental em como esses fundamentos sobreviveram ao longo de toda a história desde os tempos imemoráveis.

1. AMERICANA - AMERICANIDADE é um conceito alcunhado por Lélia Gonzalez que buscou abranger a confluência entre Américas e África na formação sociocultural brasileira. GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de americanidade. In *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

Tendo por entendimento que a terra não é objeto de posse a ser conquistado e explorado, tampouco não são a natureza e os animais recurso natural ou selvagem a ser domesticado e destruído, a relação dos povos que têm sua origem neste solo carrega consigo um modo de vida que valoriza cada componente do meio enquanto um ser integrado ao universo em que se vive - floresta -, de maneira que os indivíduos que compõe uma comunidade desempenham papéis importantes e têm sua criação calcada na construção de valores indissociáveis à sua identidade, assim sendo, a palavra é mais valiosa que a escrita, sendo dispensável registrar aquilo em outro lugar que não a memória.

A tradição oral nas Culturas Afrodispóricas

“A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.”

TIERNO BOKAR² apud BÂ (2010)

2. Tierno Bokar foi mestre muçulmano, griot tradicionalista africano, nascido no Mali em 1875, onde viveu até 1939.

As culturas afrodiáspóricas são aquelas criadas em solo brasileiro por descendentes de africanos em **diáspora**, estima-se que cerca de 4 milhões de pessoas tenham vindo ao Brasil via rapto até 1888 (IBGE, 2010), contudo diversos elementos culturais foram trazidos criando novas culturas que tem raiz nas culturas africanas.

Segundo Nego Bispo (2023), as tradições afrodiáspóricas, como o congado, apresentam-se como um elemento de defesa contra-colonialista, tendo em vista como os povos trazidos para a escravização foram desterrados de todo elemento que constitui a identidade étnica de um povo.

Nas culturas afrodiáspóricas a preservação de tradições deu-se através da oralidade, nas **macumbas** e **encantarias**, nos **jongos** e **congados**, nos **itans** e **rodas de capoeira**, com os **griots africanos** e a cosmogonia africana, histórias de reinos e contos dos Orixás puderam perpassar o tempo.

Através dos **vissungos** e pontos cantados contou e conta-se as histórias de luta da resistência antiescravagista, dos feitos valentes daqueles que lutaram pelo fim do cativeiro, e para que a memória pudesse sobreviver e transpassar o apagamento colonialista.

Nas **religiões afro-brasileiras**, como o candomblé, o preparo dos alimentos e a cozinha são sagrados, assim como o respeito aos mais velhos e a palavra. Sentar aos pés da preta velha encarnada, a Ialorixá, tem valor inestimável, ouvi-la contar sobre as receitas de cura, das reza, da beleza e bondade dos Orixás, dos tempos de criança desde sempre

na religiosidade e espiritualidade herdadas de África, poder saber daquilo que foi aprendido com os ancestrais e que é passado adiante por meio da oralidade africana presente nos cultos e vivências de terreiro, e que os mais novos passarão também adiante, como **Sankofa**, fazendo viver a história e memória de África.

Culturalmente nas sociedades ocidentalizadas, a palavra não é tão valorizada quanto nas culturas assentadas na tradição oral, que promovem a preservação e continuidade das tradições através oralidade, pois este é um processo que ocorre inerente a existência dos povos que descendem da diáspora e cultuam as suas raízes, seja nas comunidades remanescentes de quilombos, nas comunidades de religiões de matriz africana e ou todas aquelas que através da cultura, preservam a história e a memória africana e afro-brasileira.

“Não faz a oralidade nascer a escrita, tanto no decorrer dos séculos como no próprio indivíduo? Os primeiros arquivos ou bibliotecas do mundo foram o cérebro dos homens. Antes de colocar seus pensamentos no papel, o escritor ou o estudioso mantém um diálogo secreto consigo mesmo. Antes de escrever um relato, o homem recorda os fatos tal como lhe foram narrados ou, no caso de experiência própria, tal como ele mesmo os narra.”

BÂ (2010)

Sendo a palavra antecessora da escrita, para os griots, seria a única forma de registro e partilha, pois nessa tradição existe um compromisso ético com a origem da palavra e com o seu uso, um tradicionalista não mente ou verbaliza de maneira impensada, contudo não existe a necessidade de valer-se de outros recursos que não a memória e a fala, Amadou Hampâtè Bâ expressa a valoração da palavra para os tradicionalistas no trecho que segue:

Nas tradições africanas – pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara -, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nela depositadas.

Agente mágico por excelência, grande vetor de “forças etéreas”, não era utilizada sem prudência. (Bâ, 2010).

Contexto Histórico

No processo de escolarização, em algum momento, tomamos contato com a história dos povos africanos, que tradicionalmente é retratada por meio de bibliografias **eurorreferenciadas**. África, ainda que se saiba ser berço da humanidade³, é apresentada aos demais continentes alijada de sua história e cultura, por meio do apagamento de toda história, que antecede o início do **processo colonizatório** no continente africano, que por vezes é descrito como um país.

3. Ver em “Os homens fósseis africanos” in: Leakey, R. História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África . UNESCO, 2010.

África é um continente, que atualmente conta com 54 países e não possui uma única língua, ainda existem cerca de 2000 línguas originárias em África.

Não escapa a essa retratação a história e cultura dos povos indígenas em território brasileiro, também apresentados sem que se considere o período que antecede a invasão portuguesa e comumente representados a partir de uma concepção que advém da construção de uma narrativa histórica estereotipada que atrelou diversas características estigmatizantes e pejorativas aos mesmos.

Estima-se que em 1500 havia cerca de 1175 línguas faladas, segundo dados recentes (IBGE 2010) existem 274 línguas presentes nas cerca de 308 etnias indígenas brasileiras.

Isso explicita a diversidade multiétnica e multilingüística que apesar do **etnocídio** se faz presente até a contemporaneidade.

O apagamento histórico e a **racialização** dos povos africanos e **ameríndios** ocorre por meio do processo de desumanização dos mesmos, tornando-os - o Outro -, para que isso aconteça o colonizador apoia-se em argumentos que buscam legitimar tal dominação, uma vez que no

processo colonizatório⁴ busca-se provar uma suposta inferioridade, debilidade e animalidade desses indivíduos para então reduzi-los a coisas, colocando-os em comparação à cultura **eurocentrada** e utilizando-a como parâmetro daquilo pode ser considerado cultura civilizada ou não.

A concepção da imagem caricata desses povos e a difusão de conceitos que os subjugam, inicialmente, realizou-se por via de retratações literárias e imagéticas, se tomarmos por exemplo os diários de viagens e cartas das expedições ao novo mundo, esses viajantes foram os produtores da bibliografia existente a respeito da história da colonização na antiguidade, pois eram eles naquele momento os detentores da escrita e da palavra, iniciando assim a demonização dessas culturas através do aparato pseudo-científico e religioso.

4. PROCESSO COLONIZATÓRIO: entre os séculos XV a XVII, países europeus expandiram os seus territórios, principalmente nas Américas, África e Ásia, através da invasão e ocupação desses territórios, em busca de riqueza, utilizando-se da conversão religiosa, embarcaram em viagens de exploração, procurando novas rotas comerciais e acesso a recursos valiosos navegaram para terras desconhecidas, estabelecendo contato com povos originários. Executaram a colonização que é caracterizada pela violência, tortura, exploração, escravização e disseminação de doenças, que levaram ao genocídio das populações locais. Contudo, os colonizadores estabeleceram colônias e implementaram sistemas administrativos para governar os territórios, isso envolveu a imposição de suas próprias leis, línguas e culturas às populações, como no caso dos indígenas no Brasil, os territórios invadidos foram explorados por seus recursos, como ouro, prata, especiarias e produtos agrícolas, esta exploração econômica enriqueceu os países europeus, ao mesmo tempo que empobreceu as colônias, ao passo que inferiorizou as culturas locais para legitimar tal processo.

Este material apresenta-se como uma ferramenta de apoio na busca para a compreensão do processo histórico e as formas pelas quais se deu a formação social brasileira, como a perpetuação da história oficial, que oculta a violência dos processos colonizatórios inferidos contra povos ameríndios e africanos e, posteriormente, os processos do neocolonialismo⁵ que com novas roupagens continuam a replicar as mazelas do passado.

A desigualdade racial a partir da qual a fundação da sociedade brasileira estruturou-se foi e é um elemento central para que se tenha estabelecido, e que ainda faz perpetuar, a desigualdade de classe, que é a raiz de questões sociais latentes, essa desigualdade atravessa a vida de pessoas negras racializadas no Brasil, como verificar-se-á no próximo eixo, utilizando como ferramenta as gravações do projeto de história oral, iniciado na década de 1980 por trabalhadores da Secretaria Municipal de Cultura e continuadas por trabalhadores do MCSP, todo esse arcabouço documental será utilizado através dos estudos de casos que partem da materialidade concreta da realidade de sujeitos, para explicitar aspectos da vida de pessoas minorizadas no território paulistano à época e que seguem sendo marginalizadas até a atualidade.

5. NEOCOLONIALISMO: o neocolonialismo consiste na persistência de formas de dominação ou recriação das mesmas para continuidade da exploração e controle exercidas por esses países ou instituições sobre regiões que anteriormente foram colonizadas. Na maioria das vezes ocorre através do domínio econômico, no qual os antigos colonizadores ou outros países mantêm influência sobre as economias das nações independentes, realizando a extração e exploração de recursos naturais, com benefícios desproporcionais para as empresas estrangeiras em detrimento das populações locais.

**“Não fizemos os quilombos sozinhos.
Para que fizéssemos os quilombos, foi
preciso trazer os nossos saberes de
África, mas os povos indígenas daqui
nos disseram que o que lá funcionava
de um jeito, aqui funcionava de
outro. Nessa confluência de saberes,
formamos os quilombos, inventados
pelos povos afroconfluentes, em
conversa com os povos indígenas.”**

NEQO BISPO (2023)

Os contextos aqui descritos apontam as confluências presentes entre indígenas e afro-brasileiros, que resistem em meio ao apagamento histórico no contexto social deste país. As reflexões e epistemes aqui presentes nos permitirão refletir acerca da raiz histórica da racialização de povos, inferiorização de culturas, permanências dos racismos no cotidiano e a forma como essas concepções foram introjetadas no seio da formação das sociedades ocidentalizadas e eurorreferenciadas, suas permanências e como a educação pode contribuir para a dissolução dessas questões sociais.

Por um museu decolonial: História Oral como ferramenta

HELOISA ROSA

Quem está na margem e quem está no barco?
(Christina Sharpe)

Se tomarmos essa epígrafe como uma alegoria da história dos museus, podemos afirmar que quem está no barco é o legado dos homens do poder, dos estadistas e dos territórios considerados centrais, logo, quem ocupa as margens são os que podemos chamar de sujeitos periféricos, os territórios descentralizados e as narrativas daqueles que não estão presentes nos lustres da história.

Visto que os caminhos das instituições museais têm sua origem cruzada com a história do imperialismo, esses tem muito de suas raízes atreladas a uma ação colonialista em que a cultura do homem ocidental é o alicerce da construção dessas instituições, que desde meados dos séculos XVIII vem sendo a grande tendência de um mundo que pretendia se ocidentalizar.

Não podemos esquecer que os museus nascem da prática do colecionismo, tem suas raízes atreladas aos gabinetes de curiosidades europeus e à vontade - ou fascínio - do homem branco no acúmulo de objetos, que ora evocavam a história e legitimação da origem de determinados povos e nações, ora estavam a favor do olhar que via tudo que remete ao outro como fonte de exotismo e estranheza.

Em síntese, podemos dizer que os museus durante muito tempo serviram como ferramenta de poder a uma ordem **colonialista e imperialista**.

Um museu que visa ser aporte para que outras histórias, em que outras identidades e subjetividades sejam agregadas, é um museu que não pode se desvincilar do compromisso pela luta de um mundo que busque se **descolonizar**.

Assim, este museu deve trazer consigo, para além dos objetos dos “vencedores”, objetos que possam servir de testemunho sobre a vida daqueles que não estiveram no barco, mas às margens.

Assumindo este posicionamento, a questão que se impõe é como realizar esta tarefa.

Compreendemos que esta não é uma tarefa fácil, ou que requer apenas uma solução, haja visto que parte dos objetos e dos registros que nos ajudam a contar a história daqueles que estiveram à margem, como a vida de pessoas escravizadas, povos oprimidos, migrantes e invisíveis (VERGÈS, 2023), só são possíveis de serem encontrados quando estes entram em contato com o poder (HARTMAN, 2020). É no encontro com a violência, com o estranhamento e consequentemente, com visões que encaram esses corpos com exotismo e sem subjetividade, que a presença desses sujeitos são representados - ou seja são registrados, arquivados.

Como exemplo, podemos citar os arquivos relacionados a escravidão, em que temos a presença de pessoas escravizadas registradas como propriedade de pessoas brancas, ou como pessoas delinquentes, corpos fora da lei - como estão presentes nos arquivos policiais. Sendo assim, há poucas menções nesses arquivos que trazem aspectos de subjetividade desses sujeitos.

Como podemos - um museu, que possui um acervo - trazer outras narrativas para esses corpos? Sendo que o que restou da **cultura material** desses está vinculado a trajetórias de pilhagem, violência e subordinação. Uma das saídas que oferecemos neste trabalho é por meio da história oral e da concepção de um museu sem objetos (VERGÈS, 2023).

Pensar um museu sem objetos não é pensar um museu apartado de materialidade, mas que tenha como alicerce a busca pela construção de um espaço em que a cultura não seja vista enquanto morta, mas que preveja a potencialidade deste local como espaço de mudança social, de agregação de corpos, culturas, perspectivas plurais, que não sirva de ferramenta para colocar uma nação ou um povo no ranking dos “**civilizados**” (VERGÈS, 2023).

É buscar pela construção de um museu cujo valor não esteja calcado nas perspectivas de antiguidade, ou na quantidade de objetos que tenha em seu acervo, mas que sua potência seja medida no papel social que este venha a desempenhar dentro de uma agenda do tempo presente.

É por trilhar este caminho convencional que podemos cair nos perigos de uma história única (ADICHIE, 2019), deixando de lado corpos e perspectivas que constroem realidades passadas, presentes e quem sabe podem nos auxiliar a edificar futuros mais prósperos e inclusivos.

A história oral pelo próprio poder de fazer emergir narrativas, memórias que comumente são escamoteadas das grandes e célebres narrativas, nos auxilia a transformar essa instituição - museu - que atravessou séculos, servindo de alicerce às narrativas de poder, e como monopólio da violência. Este fato só nos faz pensar o quanto a história oral se faz uma ferramenta poderosa na destruição do paradigma de que o espaço museal é local para a celebração da história dos vencedores.

“Quase não havia um dia na minha vida em que eu não testemunhasse um incidente que adicionasse um novo peso a essa visão, porque para mim a história não era um grande palco cheio de comemorações, bandas, aplausos, fitas, medalhas, o som de taças finas. Para mim, a história não era apenas o passado: era o passado e era também o presente.”

KINCAID (2020)

Se pensarmos que a história sempre se mostrou como um meio de celebrar a memória dos poderosos, ela não é como muitos deixaram a entrever, um mecanismo apenas pensado

para estes fins, mas a história é inerente à nossa constituição enquanto seres sociais, faz parte da construção da nossa identidade individual e coletiva. Ela nos dá esteio para pensar em futuros, ou seja, nos abre janelas para aspirarmos por outros mundos, em que as marcas da violência não sejam as únicas formas de falar daqueles que estiveram - estão - nas margens.

Pois, se encontramos outras formas de falar daqueles que estiveram às margens, não intervimos apenas no que se é escrito, falado ou pensado sobre o passado, modificamos a forma como percebemos e experienciamos o nosso presente, temos a possibilidade de aspirar sobre o que está por vir, de forma mais auspiciosa.

**“Eu não estava no barco de Marlow
subindo o rio Congo em Coração das
Trevas; não, eu era um desses seres
nada atraentes pulando e saltando da
beira do rio, fazendo caretas horríveis
[...] O dia em que percebi isso foi o dia
em que eu disse não; o dia em que
percebi que as histórias nem sempre
são inocentes, que elas podem ser
usadas para colocar você no grupo
errado, ao lado do homem que chegou
para arrancar de vocês todas as suas
posses.”**

ACHEBE apud SHARPE (2023)

A história oral traz a possibilidade de adentrarmos no barco, não de uma história colonialista, mas no barco da história que tem poder de nos representar, que tem a potencialidade de nos fazer mudar a rota, a história que não está amorfa, mas que está a mercê do inesperado, que não nega um horizonte de mudanças. Essa é a história que se faz tarefa no tempo presente (VERGÈS, 2023)

Portanto, as narrativas que vamos apresentar neste trabalho servem como suporte para entendermos, por meio dos olhares, das mãos e da fala de pessoas que fizeram parte da construção do que chamamos de cidade, seja vista e entendida por suas diversas arestas.

É por meio da vivência dos trabalhadores, das mães e de militantes que temos a intenção de entender o que forma essa cidade - e por assim dizer um museu, que tem a cidade como seu principal acervo.

As cidades das beiras da zona sul contadas pela trajetória de mulheres pelo direito à saúde; seja a do outro lado, a do lado Leste, que tem pulsão da história do trabalho contado por aqueles que a fizeram; ou a São Paulo da outra beira da Sul, que conta sobre apropriação do território por quem teve seu corpo marcado, ao mesmo tempo, que se apropriou deste espaço; ou sobre a cidade que foi palco e agente de lutas em um país que aboliu a escravidão, mas não matou as mazelas que esta deixou.

Todas essas pluralidades de territórios, vivências e histórias que compõem essa metrópole, que convenhamos chamar de Paulicéia, pode ser acessada por meio das narrativas contidas no acervo de história oral do MCSP.

Essa cidade experimentada aqui de diferentes maneiras, vista de diferentes ângulos, só é possível de existir se fizermos emergir a fala de sujeitos que não fazem parte e não estão comprometidos com o projeto de cidade e de museu que abarca poucos e exclui muitos, que elege como seus heróis a memória daqueles que por meio da violência fizeram seu poder.

Para aqueles que aspiram, que lutam para construção de futuros mais prósperos, a história oral se faz não só um método, mas uma ferramenta, e quem sabe um barco.

Possibilidades da História Oral para uma história dos trabalhadores

RAFAEL PENCINATO

O professor Marco Aurélio Garcia (1992) afirma que “no Brasil é banal a constatação de que somos um país sem **MEMÓRIA¹**”, mas não por ser um país sem **HISTÓRIA**, congelado num marasmo vazio de acontecimentos dignos de rememoração. O autor nota justamente o oposto disso, nos pouco mais de 500 anos após a invasão européia, constantes mudanças econômicas e políticas geraram frequentes transformações sociais que refletem na maneira com que se preserva a memória nacional e na seleção de quais memórias são preservadas.

Outra constatação clara é de que o Estado sempre teve um papel central na elaboração e controle de políticas de preservação da memória, na construção de uma “memória/história oficial”.

Na cidade de São Paulo é possível perceber essa atuação na demarcação de feriados, como o 25 de janeiro (dia da fundação da vila pelos padres jesuítas) que denota um favorecimento de uma memória da colonização evangelizadora, na definição do nome de logradouros públicos, como a alteração do nome da estação de metrô do bairro da Liberdade para Japão-Liberdade, favorecendo uma memória da migração japonesa sobre a memória negra do bairro, entre muitos outros possíveis exemplos que servem como mostras de que a opção pela preservação de um nome,

1. Grifo meu.

uma data, um edifício, etc., age não apenas na promoção de uma determinada memória, mas em detrimento de outras possíveis.

É possível, então, dizer que a memória coletiva é controlada pelo Estado, mas junto dessa constatação é essencial ter em mente o que Marx e Engels (2005) já apontaram, que o Estado nasce da luta de classes, da disputa pelo poder político entre diferentes classes econômicas e sociais, e é sempre um instrumento de manutenção do poder da classe dominante. O Estado Nacional Contemporâneo é, historicamente, estabelecido como um aparato legal, jurídico e policialesco, através do qual as classes dominantes, econômica e politicamente, mantêm a ordem social que lhes é favorável, garantindo a submissão das classes subalternas e, assim, a sua manutenção no poder. Seja na França pós Revolução (1789) ou no Brasil do século XXI, o Estado se mostra um instrumento a partir do qual a classe burguesa mantém seu controle sobre a classe trabalhadora explorada.

É necessário atenção ao que indica Le Goff, de que:

“A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.”

LE GOFF (1996)

É visível, portanto, que a mesma violência que exclui social e politicamente as classes subalternas irá excluí-las das páginas da história, das políticas patrimoniais e do direito à preservação de sua memória.

A ideia comumente difundida de que o Brasil é um país historicamente pacífico, lar da “democracia racial”, onde grandes mudanças políticas - como a conquista da independência²; a abolição da escravidão³; ou o fim da ditadura empresarial-militar^{4 5} - foram eventos desacompanhados de convulsões na sociedade civil, reforça um projeto das classes dominantes de controle da memória nacional, que ao desviar o foco das disputas entre classes e das desigualdades que as desencadeiam em favor de uma noção histórica de paz e harmonia, visa a manutenção da “ordem”, do balanço de forças responsável pela perpetuação das classes dominantes no poder.

2. Com o foco dado ao “Grito do Ipiranga” e o apagamento de uma série de conflitos armados que levaram à independência concreta.

3. E o foco dado à Princesa Isabel em despeito da longa luta da população negra.

4. Com o apagamento da luta armada e das importantes mobilizações trabalhistas em favor do foco numa “abertura lenta, gradual e segura” proposta pelo regime.

5. Diferente do termo “Ditadura Militar”, que apaga a participação e o apoio de parte da sociedade civil na perpetuação do regime, e do termo “Ditadura Civil-Militar”, que dá a entender, erroneamente, que houve um amplo apoio de toda a sociedade civil, o termo “Ditadura Empresarial-Militar” passou a ser usado por historiadores para demonstrar o caráter classista do Regime Militar, que teve de fato apoio de alguns setores da sociedade civil, mas que foi largamente apoiado pela elite econômica do país, camada que foi mais beneficiada pela supressão de direitos da população, pela perseguição a trabalhadores e pelo que ficou conhecido como “Milagre Econômico”.

A percepção dessa problemática só se torna possível a partir do momento em que se começa a pensar uma nova maneira de escrever a história (com a ascensão de novos sujeitos históricos, da percepção de novos objetivos possíveis à história), quando surge uma nova corrente de pensamento baseada no materialismo histórico, que pretende superar uma noção de história racionalista/iluminista, a qual concebe a história quase como um movimento lógico pré-determinado rumo a um progresso futuro, na qual os sujeitos históricos seriam apenas os “grandes homens”, os “Césares”, os “Napoleões”, os “Dom Pedros”, que por algum motivo teriam a capacidade de perceber os caminhos da história e seriam capazes de guiar as massas passivas rumo ao desenrolar desse destino.

Essa nova forma de pensar a escrita da história percebe que toda a humanidade se faz sujeito histórico, uma vez que é a sua atuação cotidiana, individual e em conjunto, que cria o mundo material em que se vive, o mesmo que é responsável por influenciar suas ações. Nenhum sujeito é puramente passivo perante o mundo à sua volta, embora nem todos atuem sobre ele de maneira consciente ou no mesmo grau de intensidade, a ação de todos contribui para sua criação e manutenção.

Foi com o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e a propagação para o centro da “civilização” da “**barbárie**”, que já se fazia cotidiana em toda a periferia do capitalismo, que Walter Benjamin (2012) vai denunciar a história que se fazia até então como uma “história dos vencedores”, onde todo monumento de cultura seria igualmente um monumento

de barbárie, um monumento do sofrimento imposto pelo processo de criação dessa civilização, e passa a clamar por uma “história dos vencidos”, uma recuperação da história de todos que foram silenciados por essa longa cadeia de violência, como caminho para a criação de uma sociedade igualitária, onde todos tenham voz, onde todos tenham direito ao passado e consequentemente direito ao presente e futuro.

Seja com a Segunda Guerra Mundial, com a onda de independências que varre a África nos anos 1960 ou com a redemocratização brasileira dos finais dos anos 1980 e início dos anos 1990, são em momentos de ruptura ou de abalo da ordem vigente que novas vertentes da história enquanto ciência ganham força, o materialismo histórico entre elas.

Podemos afirmar que novos projetos de Nação, novos projetos políticos, serão ao mesmo tempo, numa relação dialética, frutos e possibilitadores de novos projetos historiográficos, de novos meios de escrever história.

Com o materialismo histórico, a história adquire um poder revolucionário, capaz de abalar as estruturas que fundamentam a sociedade, pois a partir de novas abordagens do passado são formados novos entendimentos do presente e com isso se faz possível a elaboração de novas maneiras de viver o mundo.

Com o fim da ditadura empresarial-militar no Brasil surge uma renovada dedicação da pesquisa histórica brasileira aos grupos oprimidos pelo Regime, as classes trabalhadoras

entre eles, que tiveram seu poder de organização, de mobilização, mas também de **memória**, duramente suprimidos.

Antes da década de 1990, a pouca produção histórica sobre as classes trabalhadoras, como nota Garcia (1992), se centrava nos movimentos institucionalizados, principalmente nos sindicatos que surgem pós década de 1930, ou seja, numa história das instituições que ao mesmo tempo em que organizavam os trabalhadores também limitavam sua autonomia.

Com o destaque ganhado pelos “vencidos”, pelas “classes subalternas”, vem a necessidade de aprofundamento sobre esse novo objeto de estudo da história, questões a respeito do que constitui de fato uma classe social, de como são formadas essas classes, de como os membros delas se percebem como iguais ou não, de como pensam e atuam sobre o seu mundo, entre tantas outras possíveis, passam a demandar respostas.

Como responder tais questões se até o momento esses grupos foram excluídos de arquivos, acervos, monumentos ou qualquer outra forma de preservação da memória? Se faz necessária, portanto, a busca por novas fontes. Produções que até então não eram consideradas documentos históricos adquirem status de fontes de pesquisa, como cartas, atas de reuniões e, entre muitas outras, a oralidade, os relatos pessoais.

Mais do que conhecer as ações cotidianas das classes trabalhadoras, é fundamental compreender a motivação por trás delas, que vão muito além de motivações econômicas, como nota Eleonora da Silva (2008), “envolve também experiências cotidianas culturais, as ideias, as tradições e os valores das pessoas. O fazer-se dos sujeitos na classe se dá a partir das experiências delas.”

O conceito de experiência será essencial para o estudo das classes trabalhadoras. A partir dele é possível entender como a cultura, o convívio social, a situação econômica, a rotina de trabalho, entre muitos outros aspectos da vida humana, colaboram na formação da subjetividade do sujeito.

Experiência aliada ao conceito de preocupação, que para Kosík (1969) reflete “o engajamento prático do indivíduo no conjunto das relações sociais, compreendidas do ponto de vista deste engajamento pessoal, individual e subjetivo”, são essenciais para o entendimento da atuação dos trabalhadores como sujeitos históricos sobre o mundo concreto, sua filiação ou não com uma determinada classe ou grupo social, sua mobilização política, seu modo de habitar os bairros operários e ocupar a cidade como um todo.

A História Oral se mostra uma excelente ferramenta para a compreensão dessas sutilezas da vida humana. Por ser uma metodologia que envolve elementos da pesquisa histórica, mas também da antropologia, da psicologia e de outras áreas do conhecimento, ela possibilita, através de entrevistas bem elaboradas, conhecer não apenas os fatos que compõem o passado das pessoas, mas também suas experiências, suas motivações, suas preocupações.

O uso da História Oral para um estudo dos trabalhadores permite um entendimento do fazer-se sujeito histórico do indivíduo através das suas próprias palavras, de como ele se filia a uma classe, de como orienta suas ações e como se insere, objetivamente e subjetivamente, na construção do mundo que o cerca.

É essencial, portanto, para um entendimento mais rico e amplo da formação do mundo presente, pois permite o acesso a histórias que vão além dessas que servem para perpetuar o status quo de exploração dos trabalhadores pelas classes dominantes, que estão preservadas em acervos, arquivos, monumentos ou na paisagem, a História Oral permite conhecer a história daqueles que são, e foram, silenciados pelo poder dominante.

material educativo • 2025



direito à cidade: o legado das lutas

**imaginário
possível**

HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA



material
educativo

**imaginário
possível[s]**
HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Imaginários possíveis : história oral e
cidadania / [coordenação Nádia Bosquê, Rodrigo
Fernandes, Edna Yumi Onodera]. -- São Paulo :
AEP Serviços Culturais, 2025. --
(Material educativo ; 1)

Vários autores.
ISBN 978-65-998785-7-2

1. Acervos institucionais 2. Ações educativas
3. História oral 4. Memória 5. Museu da Cidade de São
Paulo 6. Museus - Aspectos educacionais 7. Museus -
Coleções I. Bosquê, Nádia. II. Fernandes, Rodrigo.
III. Onodera, Edna Yumi. IV. Série.

25-257976

CDD-370.733

Índices para catálogo sistemático:

1. Museus e arquivos : Prática de ensino : Educação
370.733

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

- 05 **O MOVIMENTO DOS QUEIXADAS E A GRANDE GREVE DA CIA. BRASILEIRA DE CIMENTOS PORTLAND PERUS (1962-1969)**
Rafael Pencinato
- 15 **SANKOFA: ORALIDADE COMO ELO, MOVIMENTO NEGRO COMO RETOMADA**
Isis Silva
- 25 **MESMO CÉU, MESMO CEP DO LADO SUL DO MAPA: MOVIMENTO DE SAÚDE E CRIAÇÃO DO HOSPITAL CAMPO LIMPO**
Heloisa Rosa
- 33 **HELIÓPOLIS: A FORMAÇÃO DE UM BAIRRO EDUCADOR**
Lucas Xavier

DIREITO À CIDADE: o legado das lutas

Movimento dos queixadas e a grande greve da cia. brasileira de cimentos Portland Perus (1962-1969)

RAFAEL PENCINATO

O início dos anos 1990 marcam um período de renovação para a cidade de São Paulo. Com o final da ditadura empresarial-militar em 1985 e a eleição de uma gestão progressista de esquerda para a prefeitura em 1988, a vida política paulistana passa por uma virada democrática, com maior atenção à cidadania e acesso da população a direitos que lhes foram negados durante as décadas anteriores.

A Secretaria Municipal da Cultura passa a propor uma política cultural com foco no acesso à cultura e ao fazer cultural como direitos básicos do cidadão, com o objetivo de promover o que se convencionou chamar de “Cidadania Cultural”.

É nesse contexto que começam a ser formadas as coleções que irão compor o acervo de História Oral do Museu da Cidade de São Paulo, como um projeto destinado a grupos, instituições, movimentos sociais, entidades e pessoas interessadas em sua própria história, incentivando a criação de novos aparatos históricos, alternativos aos que só serviam para a reprodução e reforço de uma história das classes dominantes.

As políticas da Secretaria Municipal de Cultura, que passam a focar no fortalecimento da “Cidadania Cultural”, se dedicam a possibilitar à população uma melhor compreensão de

seu presente a partir de uma relação modificada com seu passado. Os trabalhos com História Oral buscam constituir novos acervos sobre a Memória Paulistana que possam favorecer uma reflexão conjunta, por toda a população, sobre os símbolos, os valores, as linguagens que transmitem e perpetuam diferentes memórias.

Esses novos acervos não serão constituídos pela Secretaria apenas, mas principalmente pelas pessoas interessadas, numa tentativa de permitir que o próprio povo represente a si mesmo na história. O papel da Secretaria nesse processo, por meio de funcionários do DPH (Departamento do Patrimônio Histórico), é apenas de assessorar a construção desses arquivos.

Tomando o caso da memória dos trabalhadores Queixadas da Cia. Brasileira de Cimentos Portland Perus, serão realizadas oficinas para recolhimento dos testemunhos dos envolvidos na grande greve de 1962-1969, a maior greve operária da história nacional.

Essas oficinas, realizadas entre 1989 e 1992, levam esse nome pois, ao mesmo tempo em que servem para a construção desse acervo, têm o objetivo de capacitar os participantes na prática da História Oral, contribuindo para a continuidade e multiplicação desse tipo de projeto, numa ideia de real democratização da história, da produção histórica, possibilitadora de uma verdadeira “Cidadania Cultural”.

O projeto realizado em Perus, de tombamento da fábrica e coleta das entrevistas, se iniciou a partir de demandas dos moradores do bairro e de associações locais, principalmente pela Associação dos Aposentados de Perus, que tinham grandes pretensões para a fábrica (agora abandonada) e seus entornos. Numa luta que data de meados dos anos 1980 por maior atenção do poder público à biblioteca do bairro, toda a área da fábrica, com suas construções industriais, habitacionais (vila operária), áreas de lazer, esportiva, refeitório e área verde foram englobadas numa iniciativa popular que buscava a construção de um Centro Cultural do Trabalhador na região.

Toda essa área que a população pretendia tomar e destinar ao uso da comunidade pode ser vista como materialização, em espaços e objetos, da cultura e da herança dos trabalhadores do bairro de Perus. Transformar esses espaços em conjunto cultural, de lazer e de esporte mostra a percepção dos envolvidos no projeto da importância de não congelar, sacralizar, a memória, mas de fazê-la viva, dinâmica e permitir que se faça presente no cotidiano da população.

Por isso, concomitante ao processo de tombamento da fábrica, iniciam-se as oficinas de memória para a coleta de testemunhos sobre a grande greve de 1962-1969. Organizar o movimento pelo tombamento passava por organizar a memória do bairro, principalmente sua memória de luta.

O projeto de preservação da memória Queixada recebe apoio da prefeitura e o acervo constituído passa a fazer parte do MCSP pela importância histórica do movimento. A luta dos Queixadas é responsável pela mais longa greve operária da história do Brasil, durando 7 anos, atravessando um dos períodos mais repressivos da história nacional (ditadura empresarial-militar [1964-1985]), e mesmo assim atraindo atenção da mídia e enorme apoio popular, muito por conta de suas bases ideológicas (como a não-violência ativa de Gandhi, que será traduzida pelos trabalhadores Queixadas como a ideia de “Firmeza Permanente”) e pelas demandas inovadoras para a época (como uma preocupação com a poluição gerada pela produção).

Se posto por alto assim o acervo sobre a memória Queixada já se mostra de extrema importância para a memória de São Paulo e do Brasil, quando o pesquisador adentra no conteúdo das entrevistas, na experiência dos que viveram esses eventos, fica perceptível como são sentidas as conjunturas econômicas e sociais no cotidiano dos trabalhadores, como é no dia a dia daqueles que vivem a exploração, o abandono da justiça, a violência policial, que são engendrados os grandes movimentos de resistência popular. As entrevistas registradas durante as oficinas, como a produção de qualquer outro documento histórico, seguem determinadas

metodologias para assegurar seu valor enquanto documento. Da mesma forma que documentos escritos, os testemunhos orais também podem trazer silenciamentos, intencionais ou não, causados por algum constrangimento ou mesmo por esquecimento, visíveis nos trechos retirados de entrevistas realizadas com João Breno Pinto:

“

**ENTÃO ME LEMBRO, NÃO VOU DIZER
TUDO O QUE ELE FALOU, PORQUE ISSO EU
LEMBRO QUASE TUDO, TEM COISAS QUE A
GENTE GUARDA¹; AGORA NÃO ESTOU ME
RECORDANDO, ISSO FOI NA GREVE DE 5..., NÃO,
FOI A DE 62 MESMO... FOI A DE 62 MESMO...
NOSSA, EMBANANOU²**

Para evitar tais problemas que as entrevistas nunca são realizadas individualmente, sempre estão presentes, além do/a entrevistado/a, assessores técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, o Sr. João Breno (liderança durante a grande greve, diretor da Associação dos Aposentados e responsável pelas entrevistas) e outros trabalhadores envolvidos, que podem ajudar o entrevistado a ficar mais confortável e devem preencher possíveis lacunas em sua memória.

1. Acervo MCSP - Perus - entrevista de João Breno Pinto - transcrição fita 21 lado A.

2. Acervo MCSP - Perus - entrevista de João Breno Pinto - transcrição fita 21 lado A.

Com os relatos coletados é possível perceber, entre outras coisas, que o Movimento Queixada e a mobilização política desses trabalhadores pré-data, e muito, a grande greve. O envolvimento com greves e paralisações anteriores se mostra importante formador da camaradagem e da solidariedade trabalhista.

A greve geral de São Paulo, em 1953, mostra as possibilidades da organização trabalhista, conseguindo parar toda a cidade de São Paulo por um mês, ressaltando a importância da participação de todos setores proletários, homens e mulheres.

Foi durante a greve de 1953 que alguns dos entrevistados entraram em contato direto com a violência policial, a mando da classe dominante, seja na repressão de atos, nas prisões arbitrárias e até mesmo no assédio a suas famílias. Estas questões refletirão no questionamento sobre o que é violência, qual e quando é legítima ou não, e posteriormente na adoção de práticas de não-violência ativa do movimento de 1962.

É por meio das entrevistas que se clarifica a origem do termo Queixadas, referente a uma espécie de porco do mato que quando ameaçada se junta em grupos para enfrentar o perigo. Tal termo foi cunhado durante uma outra greve, de 1958, considerada pelos entrevistados como uma das primeiras greves políticas do país, que teve como uma de suas principais reivindicações a estabilização do preço do produto final no mercado, sendo uma das raras greves onde os trabalhadores aceitaram menor reajuste salarial para que

o cidadão pudesse ter acesso a um produto mais barato. Mas a maturação política dos trabalhadores não esteve apenas ligada à prática grevista, havia entre os trabalhadores Queixadas alguns que estavam filiados a partidos políticos, principalmente em partidos de esquerda levados à clandestinidade pelo golpe de 1964, onde entravam em contato com diversas teorias políticas.

Além disso, dentro do Movimento Queixada não havia apenas trabalhadores fabris, advogados do sindicato, estudantes atraídos ao movimento e diversas pessoas não ligadas diretamente à fábrica ajudaram a construir a grande greve de 1962-1969 e terão seus testemunhos registrados nesse acervo de História Oral que se construía.

O Movimento Queixada atraiu a atenção e o apoio de diversos setores da população muito pelo fato de suas demandas não estarem ligadas, apenas, a questões do cotidiano do trabalho, a vida de todo o bairro estava ligada, direta ou indiretamente, à fábrica e é justamente por isso que as oficinas coletam depoimento de diversas pessoas, trabalhadores, ou não, da fábrica, habitantes, ou não, de Perus.

Entrevistas com mulheres esposas de grevistas, como é o caso de Dona Terezinha Rosário Pinto, esposa do Sr. João Breno, são de enorme interesse, elas mostram como os familiares eram diretamente afetados pela mobilização dos trabalhadores, seja na violência policial que se estendia a toda a família dos grevistas:

“

**OUTRA VEZ ELES [POLICIAIS] CHEGARAM LÁ,
EU DE BARRIGÃO, NÃO TINHA TIDO O MENINO
AINDA, NÃO É, CHEGARAM DE SUPETÃO, TUDO
COM ARMA NA MÃO, OS MENINOS FICARAM
APAVORADOS³**

Ou na luta cotidiana para criar os filhos na ausência dos maridos e com a falta de pagamento por conta da paralisação:

“

**EU TINHA QUE CUIDAR DELES, A ESCOLA, A
ROUPA, ERA TUDO EU, SÓ EU FAZIA TUDO, E
AINDA COSTURAVA PARA FORA, PARA MANTER
ALI A CASA⁴**

Relatos como esses evidenciam que um movimento tão longo e impactante como a grande greve de 1962 é construído por toda a população, que toda luta, para ser vitoriosa, depende de uma rede de solidariedade trabalhista e popular para se manter até a conquista dos objetivos almejados. A própria Dona Terezinha, em sua entrevista, oferece uma ótima justificativa dos motivos que levam os envolvidos no projeto de preservação da memória a dedicarem tanta atenção a ele:

3. Acervo MCSP - Perus - entrevista de Terezinha Rosário Pinto - transcrição fita 56 lado B.

4. Acervo MCSP - Perus - entrevista de Terezinha Rosário Pinto - transcrição fita 56 lado A.

“

**A GENTE CONTA PRA ESSES FILHOS QUE VAI
LÁ EM CASA HOJE, E ELES DIZ: NÃO LEMBRO
DESSAS COISAS NÃO, MÃE. SABE, ERAM MUITO
PEQUENOS. NÃO LEMBRAM. A GENTE TENTA
PASSAR ALGUMA COISA, NÃO É?**⁵

Percebem a importância de preservar a memória Queixada para a cidade, mas veem a necessidade de preservar essa memória para as suas próprias famílias, para que seus descendentes possam entender sua própria história, para que a população de Perus compreenda a dinâmica de forças que moldou o bairro e suas próprias vidas.

Essa motivação perpassa todas as iniciativas da SMC voltadas à construção de acervos de História Oral em finais dos anos 1980 e início dos anos 1990. É a principal norteadora da ideia de “Cidadania Cultural”, da busca pela democratização da história para a construção de uma real cidadania nas culturas em que se vive, para a criação de um sentimento verdadeiro de pertencimento não só na história da cidade e do país, mas principalmente na sua contemporaneidade e com isso a adoção do papel de agente histórico, de cidadão atuante nos rumos da sociedade.

5. Acervo MCSP - Perus - entrevista de Terezinha Rosário Pinto - transcrição fita 57 lado B.



Sankofa: oralidade como elo, movimento negro como retomada

ISIS SILVA

Peço a benção aos ancestrais, aos meus mais velhos e aos meus mais novos. Reverencio e peço agô¹ aquelas e aqueles que antecedem a minha escrita acerca dos temas que trataremos adiante, bem como às pessoas que serão citadas aqui e que vão nos emprestar seus conhecimentos para que façamos emergir narrativas insurgentes, por séculos silenciadas, para que através da oralidade e da história oral elas possam ter voz. Um salve a cada malunga e malungo que insiste em insurrecionar!

“Chegado o século XXI, mais de 116 anos após a abolição legal da escravatura, a questão do Negro permanece, no Brasil, praticamente inalterada, tendo, em alguns aspectos, até retrocedido em relação ao início do século XX. Por culpa de um processo abolicionista que não adotou medidas posteriores que assegurassem aos ex-escravos e seus descendentes, como um todo, o direito pleno à cidadania, a sociedade brasileira engendrou o seu maior problema.”

LOPES (2011)

1. agô - palavra em iorubá cujo significado é licença, povos que cultivam tradições africanas costumam usar esta expressão para pedir licença na entrada, saída ou passagem como forma de respeito.

LIBERDADE:

a luta negra pelo direito à vida e cidadania

A liberdade foi conquistada pelo povo negro através de muitas lutas e insurreições, seja desde o mergulho na calunga grande², no pulo de dentro dos tumbeiros³ à criação de kilombos, antes de tudo a re-humanização de cada pessoa negra deu-se através da recusa ao modo de vida escravagista.

Em 1988, ano em que completou-se cem anos da abolição legal da escravização de pessoas africanas e afrodescendentes em solo brasileiro, os trabalhadores da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo realizaram uma pesquisa que consistiu em escutar pessoas negras em território paulistano, tendo como resultado 26 horas de fitas gravadas que compõem atualmente um acervo de história oral salvaguardado pelo Museu da Cidade de São Paulo, este trabalho resultou na exposição intitulada **A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO ESPAÇO PAULISTANO**, exibida no Centro Cultural São Paulo no mesmo ano.

A exposição foi pensada, inicialmente, em consonância à diversas outras movimentações que ocorreram no ano de 1988, de maneira comemorativa, cujo objetivo era festejar os cem anos da abolição, entretanto, ao iniciar a gravação das entrevistas de história oral uma outra perspectiva nascida da

2. Calunga Grande é o mar, para povos de origem bantu, Calunga é o nome dado à divindade do mar e da morte, que vive no mar.

3. Tumbeiro refere-se a - navio tumbeiro - sendo esse o transporte do traslado transatlântico pelo qual as pessoas africanas foram trazidas ao Brasil via rapto para escravização.

materialidade concreta da vida dos entrevistados fez surgir um novo mote que direciona a centralidade do trabalho de pesquisa para a luta negra por cidadania durante os cem anos do fim do cativeiro. O projeto foi elaborado por Lúcia Helena Gama Azzi, Mônica Junqueira de Camargo, Michael Robert Alves de Lima e Antonio Carlos Pontes de Camargo. Os depoentes, descritos conforme a documentação são:

ALBERTO ALVES DA SILVA (NENÊ), Santos Dumont/

MG, 1921, Metalúrgico, Músico, Escola de Samba
“Nenê de Vila Matilde;

ANA FLORÊNCIA ROMÃO, Cássia dos Coqueiros/
SP, 1927, Técnica em Contabilidade, Casa da
Cultura Afro-Brasileira;

BENEDITA SERAPHIN, Alpinópolis/MG, 1919,
Cozinheira, Associação José do Patrocínio;

CARMEM WANDA RAMOS, São Paulo/SP, 1937,
Contadora, Clube Aristocrata;

FRANCISCO LUCRÉCIO, Campinas/SP, 1909,
Dentista. Frente Negra Brasileira;

HENRIQUE ANTUNES CUNHA, São Paulo/SP, 1908,
Desenhista, Clarim da Alvorada, Centro Cívico
Palmares, Frente Negra Brasileira, Clube Negro de
Cultura Social;

JOÃO BATISTA DE JESUS FÉLIX, São Paulo/SP,
1956, Inspetor de Alunos, M.N.U;

JOSÉ BENEDITO CORREIA LEITE, São Paulo/SP,
1900, Redator, Pintor,Topógrafo Prático, Clarim da
Alvorada, Centro Cívico Palmares, Frente Negra
Brasileira, Clube Negro da Cultura Social;

NEUSA MARIA, Araras/SP, 1947, Advogada,
Conselho da Comunidade Negra;

RAUL JOVIANO DO AMARAL, Campinas/SP, 1914, Advogado, Economista, Estatístico, Frente Negra Brasileira, Associação Cultural do Negro, Associação José do Patrocínio, Associação dos Negros Brasileiros, Aero-Clube, Irmandade Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos;

RITA SERAPHIN VIEIRA, Alpinópolis/MG, 1926, Cozinheira, Associação José do Patrocínio;

TEREZA SANTOS, Rio de Janeiro/RJ, 1944, Diretora de Teatro, Advogada, Socióloga, Conselho da Comunidade Negra.

Os depoimentos concedidos direcionam o trabalho para a denúncia da condição precária em que a população negra vivia em São Paulo, sua trajetória nesses cem anos que incorrem desde o fim da legalidade da escravidão constituiu um processo cotidiano de luta por sobrevivência e tentativas de inclusão em um país que nunca teve preocupação em incluir a pessoa negra nas dinâmicas sociais, e que reinventou as antigas formas de exclusão social, trabalho forçado e encarceramento⁴. A situação enfrentada pela população negra dentro deste contexto, é também, um projeto colonial de readequação do negro nesta sociedade. A pessoa que outrora é retirada da sua condição de humanidade desde o sequestro transatlântico, agora em liberdade, precisa inventar maneiras de inserção através da luta por condições dignas de existência e pleno viver.

4. Lei de Terras (1850); Primeira Lei de Educação - Lei nº 1, de 14 de janeiro de 1837; Art 295 do Código Criminal do Império 1831; Decreto nº 847/1890.

“

**CEM ANOS DA CHAMADA “LIBERDADE” NÓS
ESTAMOS EXATAMENTE NA MESMA SITUAÇÃO
QUE NÓS ESTÁVAMOS NO DIA 12 DE MAIO DE
1888. SAÍMOS DA SITUAÇÃO DE ESCRAVOS PRA
SITUAÇÃO DE SEMI-ESCRAVOS. [...] DEMOCRACIA
RACIAL NÃO EXISTE, OU TEM DEMOCRACIA OU
NÃO TEM DEMOCRACIA.**

TEREZA SANTOS (1988)

Os relatos explicitam a falta de emprego e oportunidades após a abolição que ocorreu em consonância ao projeto de embranquecimento, que utilizou como estratégia a importação de mão de obra de trabalhadores brancos ou embranquecidos, oportunizando o desenvolvimento dessas pessoas imigrantes em detrimento daqueles, que agora livres, poderiam ser mão de obra remunerada, a promoção da exclusão dos negros no período, descrita no trecho abaixo, cria os estigmas atrelados às pessoas negras à época, perpetuados à atualidade:

“

**ELA (A POLÍCIA) É EDUCADA PARA VER O
NEGRO COMO SUSPEITO, ATÉ QUE PROVE
O CONTRÁRIO. E A PROVA EM CONTRÁRIO
É A CARTEIRA PROFISSIONAL REGISTRADA.
COMO SE NO BRASIL EXISTISSE PLENO
EMPREGO. COMO SE VOCÊ NÃO PUDESSE SER
DESEMPREGADO NESSA SOCIEDADE. SE VOCÊ**

**ESTÁ DESEMPREGADO, VOCÊ É VAGABUNDO
CONTUMAZ, NÃO INTERESSA O QUE O CARA É...
O NEGRO NÃO APRESENTOU A CARTEIRA, ELE
VAI PRA DELEGACIA, ASSINA UMA OCORRÊNCIA
DE VADIAGEM E SE EM TRÊS MESES ELE NÃO
ARRUMAR EMPREGO, ELE PEGA TRÊS OU
QUATRO MESES DE CADEIA POR VADIAGEM.**

JOÃO BATISTA DE JESUS FÉLIX (1988)

Livres e excluídos, os negros ocupam agora os porões dos casarões dos bairros adjacentes ao centro de São Paulo e fundam as primeiras periferias da capital paulista, buscando consolidar relações com esta cidade que aceitou corpos racializados para a exploração escrava de sua força de trabalho, mas que o repele do convívio social como sujeito de direitos. A marginalização da presença negra na história da cidade e a segregação espacial que cria a dinâmica centro x periferia se instalou, ao passo que bairros tidos como redutos negros, no centro, foram sendo embranquecidos, tomados pela especulação financeira-imobiliária, apartando essas pessoas do território onde trabalhavam para que fossem apenas corpos servis nesses espaços, sem direito à livre circulação e permanência quando se tratava-se de lazer e moradia.

“

**UM POVO MUITO POBRE, UM POVO MISERÁVEL,
MORANDO NO CORTIÇO. [...] COMO OS
FAZENDEIROS NÃO PASSAVAM SEM ESCRAVOS,**

AS FAMÍLIAS DE CLASSE MÉDIA NÃO FICAVAM SEM EMPREGADAS.

HENRIQUE CUNHA (1988)

Com a urbanização, o crescimento financeiro da cidade e grande povoamento imigrante, São Paulo segue no curso do embranquecimento pensado, sobretudo, para suprimir a numerosa população negra existente naquele período, o projeto de cidade e país aqui instaurado encaminha a população negra para condições degradantes, fadados a viver apenas a sobrevivência, na linha tênue entre a fragilização de sua saúde mental e a necessidade constante de lutar por melhores condições de vida, sendo um povo vulnerabilizado e não vulnerável, como vemos na fala de Batista:

“

**É O DIEESE⁵ FAZER PESQUISAS E PROVAR QUE
O NEGRO, EXERCENDO A MESMA FUNÇÃO DE
UM BRANCO, ELE RECEBE MENOS, E A MULHER
NEGRA RECEBE MENOS AINDA... A MULHER
RECEBE MENOS QUE O HOMEM. A MULHER
NEGRA RECEBE MENOS QUE A MULHER BRANCA.
QUER DIZER, ELA ESTÁ NO FUNDO DO POÇO,
ABAIXO DELA SÓ A LOUCURA TOTAL.**

JOÃO BATISTA DE JESUS FÉLIX (1988)

5. DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, é uma entidade criada e mantida pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955, com o objetivo de desenvolver pesquisas para subsidiar as demandas dos trabalhadores.

No ano do centenário da abolição o Brasil consolida sua primeira Constituição Federativa que passa a tipificar racismo como crime imprescritível e inafiançável, à época é também recente a Declaração Universal dos Direitos Humanos. São esses documentos norteadores que visam assegurar que toda pessoa humana viva sob a égide da justiça universal e que seja portadora de igualdade de direitos. Mesmo vigorando essas leis não têm a sua aplicabilidade assegurada, assim como outrora as leis: Lei Eusébio de Queiroz (1850- proíbe a entrada de pessoas africanas no Brasil via rapto para escravização através do tráfico transatlântico), Lei do Ventre Livre (1871 - que previa a libertação de pessoas em situação de escravização após os 9 anos de idade) e Lei dos Sexagenários (1885 previa a liberdade após os 65 anos de idade), sendo todas essas leis que deveriam proteger a pessoa negra à época e na contemporaneidade ainda é comum vir a conhecimento público a história de pessoas que passaram toda a vida em situação de trabalho análogo à escravidão. É também contrário à garantia dos direitos básicos à dignidade humana e à vida, o genocídio da juventude negra e periférica em curso no Brasil.

Os documentos que compõem a pesquisa evidenciam a possibilidade do uso da história oral como uma ferramenta documental potente e indispensável fonte histórica para que se possa analisar a história da população negra em São Paulo, bem como para compreender como se deu a construção desta cidade e como esses processos culminaram na cidade de São Paulo em que vivemos hoje. Esta cidade hoje, 136 anos após a abolição, apresenta-se como uma cidade boa para se viver quando se é uma pessoa negra?

DE MAAFA ÀS INSURREIÇÕES

“

FOGO!... QUEIMARAM PALMARES,
NASCEU CANUDOS.

FOGO!... QUEIMARAM CANUDOS,
NASCEU CALDEIRÕES.

FOGO!... QUEIMARAM CALDEIRÕES,
NASCEU PAU DE COLHER.

FOGO!... QUEIMARAM PAU DE COLHER...

E NASCERAM, E NASCERAM TANTAS OUTRAS
COMUNIDADES
QUE OS VÃO CANSAR SE CONTINUAREM QUEIMANDO.

PORQUE MESMO QUE QUEIMAM A ESCRITA,
NÃO QUEIMARÃO A ORALIDADE.

MESMO QUE QUEIMEM OS SÍMBOLOS,
NÃO QUEIMARÃO OS SIGNIFICADOS.

MESMO QUEIMANDO O NOSSO Povo
NÃO QUEIMARÃO A ANCESTRALIDADE.

NEGO BISPO (2015)

Maafa é um termo utilizado pela intelectual Maulana Karenga (2001) para designar o holocausto africano que interferiu na criação do imaginário mundial sobre o continente africano e seus habitantes, bem como interfere na condição humana de toda pessoa negra nascida após o período de cativeiro, os que estão nascendo agora e os que ainda vão nascer.

A vida negra em diáspora consiste no enfrentamento contra-colonial, seja em Palmares, nas revoltas regenciais, nas giras de terreiro, rodas de capoeira ou na criação do M.N.U Movimento Negro Unificado. Cada insurreição afrodiáspórica em território brasileiro carrega consigo a oralidade africana, enquanto elo.

A tradição oral e a cosmogonia africana são parte essencial na supravivência⁶ de valores e saberes que se fizeram necessários à constituição de cada organização negra revolucionária enquanto retomada.

A pessoa negra não existe apesar da colonialidade, existe antes dela, num universo onde o sentido da vida é nascimento, morte, renascimento, não tem fim, tem encantamento.

6. SUPRAVIVÊNCIA: supravidentes - aqueles que foram capazes de driblar a própria condição de exclusão; contrário à sobrevidentes - sobras viventes. Luiz Antonio Simas (2023).

Mesmo céu, mesmo CEP do lado sul do mapa: movimento de saúde e criação do hospital Campo Limpo

HELOISA ROSA

Se paramos para pensar em quantos CEPs existem na cidade de São Paulo, provavelmente serão muitos e assim como há muitos CEPs, as histórias desse território são tão amplas quanto.

Na ânsia por buscar entender como se deu a construção dessa metrópole, buscamos entender essa trajetória usando como referencial alguns marcadores de tempo, criando uma narrativa que estabelece uma linha cronológica entre o que vem antes e depois.

Começamos a falar da história da cidade a partir da sua fundação e da história deste espaço, ou seja, partirmos da sua história mais remota, contanto a história da criação da cidade a partir do Páteo do Colégio e suas imediações, acompanhada por seus sujeitos sociais, os chamados pais fundadores da cidade - os padres jesuítas.

Se, por um instante, invertêssemos essa lógica e buscássemos entender essa cidade invertendo as lógicas cronológicas – de antes e depois – e espaciais – do centro para as margens –, poderíamos, assim, entender a história e a vicissitude dessa cidade por meio de outros marcadores temporais

e espaciais. Dessa forma, seria possível adentrar em uma história que agrupa outros sujeitos, que estão à margem da história oficial.¹

É por meio da inversão dessas lógicas que podemos melhor narrar a história de criação do Hospital Campo Limpo (Zona Sul da cidade de São Paulo) e seus imbricamentos com a trajetória de expansão da cidade e a vivência dos sujeitos que ajudaram a edificar o hospital, o bairro e, consequentemente, essa metrópole que costumamos chamar de São Paulo.

Adensamento Urbano e Movimentos Sociais

A inauguração do Hospital Fernando Mauro Pires da Rocha, popularmente chamado de Hospital Campo Limpo, data do ano de 1990, porém, sua trajetória remonta às primeiras movimentações da Comissão de Saúde pela construção de um pronto socorro que pudesse atender as necessidades da região.

Essa comissão nasceu em 1984, sendo que a pedra fundamental do hospital foi inaugurada em 1983, o pronto socorro em 1988 e hospital somente em 1990.

1. Quando falamos acerca da história oficial da cidade estamos tratando da narrativa que privilegia alguns personagens, colocando-os como protagonistas na história de criação e desenvolvimento da cidade. Comumente, esses personagens são os padres jesuítas, os bandeirantes, os fazendeiros de café e os governantes oriundos das famílias quatrocentonais – ou seja, as famílias que supostamente estão em São Paulo desde sua fundação.

Dada essa cronologia, compreendemos que a construção do hospital nasce das reivindicações oriundas da Comissão de Saúde, então, por que a inauguração da pedra fundamental ocorreu um ano antes da formação da Comissão?

Este fato ocorre, pois a comissão de saúde advém de um histórico dos movimentos sociais, que remontam às décadas de 1960, 1970 e 1980.

Como podemos ver nos depoimentos abaixo, muitos dos integrantes da comissão advinham de outros movimentos sociais como podemos perceber na fala da Dona Elza:

“

**A COMISSÃO DE SAÚDE NASCEU EM 84, MAS,
ASSIM, NÃO É QUE O MO...NASCEU NAQUELE
MOMENTO. TINHA TODA A HISTÓRIA DOS
MOVIMENTOS DE BAIRRO, ANTERIORES, NÃO É...
ELZA (1992)**

Esses movimentos aos quais Dona Elza se refere, são os que sociólogo Eder Sader (2001) chamou de movimentos das classes populares. Segundo esse autor, o período da ditadura civil militar (1964-1985) foi marcado por movimentos em que as chamadas classes populares lutavam por seus direitos e buscavam denunciar as mazelas deixadas pelo abandono do Estado.

São inúmeros os movimentos que se formaram durante esse período, tendo como seu maior expoente os papéis desempenhados pelas lutas por moradia, pela construção de postos de saúde nos bairros, movimento pela criação de creches - este último tendo o protagonismo do movimento do clube de mães² formado nos bairros.

Na esteia da criação desses movimentos, que tem sua origem localizada em tempo e espaço bem determinados, nascem em um período de extrema repressão, eles têm sua origem nas bordas da cidade (como podemos ver nos movimentos da Zona Leste e no caso de Heliópolis), e é interessante notar que neste mesmo período há um adensamento populacional na região da Zona Sul, momento em que muitos bairros são criados nessa região. Podemos citar como exemplo a criação do Jd. Macedônia, Vila Prei, Cohab Adventista, dentre tantos outros.

Cito esses três casos, pois eles com frequência são citados nas falas dos participantes da comissão de Saúde, pois segundo eles, com a construção da Cohab Adventista, na década de 1980, houve um grande aumento populacional nas imediações da estrada de Itapecerica - região onde está localizada o hospital. Já a Vila Prei é constantemente citada, pois segundo os integrantes da comissão havia no bairro uma grande movimentação para a criação de um posto de saúde que pudesse suprir a necessidade dos moradores.

2. Clube de mães da Zona Sul foi um agrupamento de mulheres que ocorreu durante a ditadura militar (1964-1985) e que tinha como objetivo a mobilização dessas mulheres para reivindicação de suas lutas. Muitas dessas mulheres estiveram atreladas aos outros movimentos sociais, ou melhor, as outras formas de associação comunitária, como as propostas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBS).

O Jd. Macedônia também tem sua história entrelaçada com os movimentos sociais - aqui vou buscar chamá-los de movimentos de busca por cidadania.

Seja pelo Clube de mães, a pastoral de saúde, ou a luta por asfaltamento das ruas, e pela obtenção de linhas de ônibus (MORAIS, 2021).

Havia neste período o movimento pelas chamadas farmácias populares, chefiado pelos próprios moradores do distrito do Capão Redondo que participavam da pastoral de Saúde da Paróquia São Sebastião, pois segundo Cleusa (2021):

Elas montaram, eu lembro, porque eu trabalhei lá numa época voluntariamente, uma farmácia comunitária. Elas iam atrás de ganhar remédios dos laboratórios e tal, amostra grátis e tudo isso. E a gente tinha uma farmácia comunitária na Maria Sampaio que as pessoas iam lá. tinham que ir com receita e, se a gente tivesse remédio, a gente dava o remédio de graça para a pessoa. Era uma forma também de ajudar as pessoas na falta de dinheiro e política para cuidar da Saúde.

CLEUSA apud MORAIS (2021)

Essas são algumas das iniciativas que culminaram na criação do hospital Campo Limpo. Vale salientar que essa mobilização passou da intenção da criação de um pronto socorro, pela garantia de assistência de saúde e medicamentos - como podemos ver no caso das farmácias populares - culminando na criação do hospital Campo Limpo.

Os relatos que compõem o acervo de história oral do MCSP atestam que as mobilizações que culminaram na construção do hospital estiveram atreladas a três fatores centrais. O primeiro, de ordem espacial, foi o crescimento urbano da cidade e, consequentemente, o crescimento populacional na região da Zona Sul. O segundo, de ordem das novas formas de agenciamento e mobilização social, que descrevemos acima, lança mão do aporte teórico dado por Eder Sader. Por último, um fator conjuntural, que, segundo consta nos relatos, veio de uma verba – incentivo do governo – para a construção de hospitais na periferia da cidade. Sabendo dessa verba, parte desses movimentos sociais, que já existiam e atuavam nos bairros, começou a se juntar e formar as comissões de saúde.

Em muitos dos relatos, os entrevistados mencionaram que a construção do hospital em muito se deu a passos curtos, já que passou pela gestão do período (1984- 1988), que segundo consta nas entrevistas, foi um período em que estiveram com pouca verba para manter o hospital, situação só veio a melhorar no inicio da gestão seguinte (1989-1992).

O que se faz evidente no percurso de construção do hospital Campo Limpo é como este originou-se de uma história de luta e mobilização social, que tem a cidade - e seu movimento de expansão - como agente social. Pois, se considerarmos que a cidade é um artefato,³ ou seja, é um vetor social, ao mesmo tempo em que é criada pelas relações sociais, entendemos que, se buscamos conhecer essa cidade a palmo⁴ é preciso que entendamos quantos CEPs ela possui e que disputemos a história da cidade, para que esta agregue outras narrativas que estão além dos redutos do Páteo do Colégio ou dos pais criadores, pois, como bem nos lembra a fala de Dona Clotilde:

“

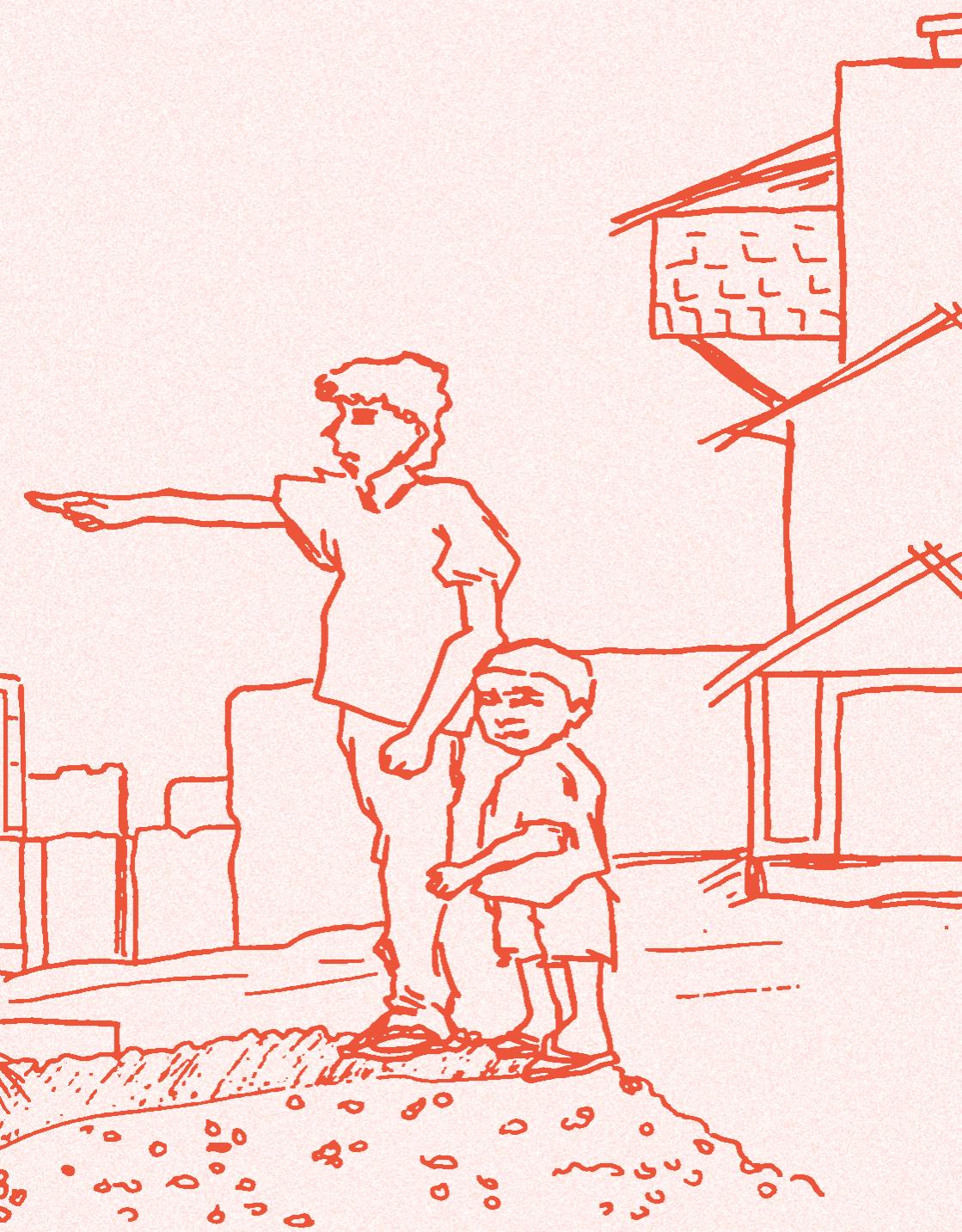
**AS MULHERES ERAM O CORAÇÃO DA
COMUNIDADE.
CLOTILDE**

Sendo assim, reconstituir a história de construção do hospital é uma forma de fazermos emergir a presença dessas mulheres, e das tantas comunidades - tantos CEPs- que formam essa cidade.

3. Cidade como artefato é um conceito utilizado pelo historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, no texto: A cidade enquanto bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano.

Disponível em: <https://patrimonioeconservacao.files.wordpress.com/2017/11/a-cidade-como-bem-cultural-ulpianotoledobezerra.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2025.

4. Conhecer a cidade a palmo é uma expressão popular que diz respeito a conhecer bem um território, utilizando a palma da mão como uma metáfora para designar a um território.



Heliópolis: a formação de um bairro educador

LUCAS XAVIER

Aquilo que é dito e o que é escondido, aquilo que é louvado e o que é censurado compõem o imaginário de uma sociedade, através do qual seus membros experimentam suas condições de existência.

(Eder Sader)

O projeto de história oral no Heliópolis surge da iniciativa das lideranças do movimento por moradia em fazer o registro das lutas que eram travadas coletivamente por direitos básicos: direito à moradia digna e infraestrutura básica.

Essas eram demandas por visibilidade e legitimidade em relação ao Estado que ocorreram através da organização dos sujeitos que habitavam o lugar e que realizavam suas reivindicações por intermédio da linguagem que estavam construindo; a palavra é complementar ao trabalho coletivo na forma dos mutirões e instrumento da e para a formação comunitária. Portanto, documentar por meio das gravações era parte importante do processo na organização coletiva por moradia digna.

Uma nova linguagem reivindicatória surgia ali. A partir dessa nova forma de pensar e fazer política, serão forjadas novas identidades coletivas. O que estava em jogo compreendia o lugar e os valores de sujeitos históricos, valores que definem um grupo enquanto tal. Assim, quando os sujeitos tomam consciência de si mesmos e da importância de se

articularem, passam à ação, aos objetivos práticos. Nesse sentido, é importante destacar a importância da experiência contida nos relatos dos moradores de Heliópolis para o aspecto formativo na conquista da cidadania naquele contexto; e o papel educacional deste material que estamos elaborando como contribuição e desdobramento daquela experiência. Dessa forma, podemos situar a mobilização dos moradores de Heliópolis no contexto histórico em que ela se dá, ao mesmo tempo em que aproveitamos o seu potencial pedagógico, de modo que possamos também reafirmar a manutenção dos direitos conquistados.

Em relação a forma de organização social naquele momento histórico, para o sociólogo brasileiro Eder Sader, esses sujeitos políticos de que falamos não estão dispostos a aceitar simplesmente as determinações sociais, econômicas e culturais como fatores que condicionam suas lutas. Sader comprehende a experiência como condição principal para a mudança, de modo que

**“É na elaboração dessas experiências
que se identificam interesses,
constituindo-se então coletividades
políticas, sujeitos coletivos, movimentos
sociais.”**

SADER (1988)

O autor chamará a atenção para a capacidade criadora da imaginação. Esse aspecto de criação de uma luta, no sentido de produção de sentido, nos interessa porque pode nos ajudar a imaginar para além das coerções do presente.

Por isso a ênfase no imaginário que se cria a partir das lutas é importante. O sujeito coletivo é uma estratégia de organização que se baseia no pressuposto da autonomia individual e no ideal de emancipação como projeto de futuro ligado à ideia de coletividade. Ou seja, não interessa apenas a ascensão do sujeito individualmente, mas sim as demandas por dignidade da coletividade, em outras palavras: a demanda por cidadania. As duas dimensões, individual e coletiva, são complementares em um contexto em que os sujeitos se emancipam coletivamente e para o bem comum.

**“Quando uso a noção de sujeito coletivo
é no sentido de uma coletividade
onde se elabora uma identidade e se
organizam práticas através das quais
seus membros pretendem defender
seus interesses e expressar suas
vontades, constituindo-se nessas
lutas.”**

SADER (1988)

Dessa maneira a luta vai se fazendo a partir do desenrolar dos acontecimentos.

A luta por moradia no Heliópolis surgiu nos anos 1970, a partir do momento em que a demanda do Poder Público de construir avenidas fez com que 153 famílias fossem realocadas pela prefeitura de uma área ocupada na favela da Vila Prudente e Vergueiro para o terreno onde fica hoje o Heliópolis.

Depois dessas primeiras famílias que chegaram, muitas outras foram chegando ao longo dos anos, grande parte das pessoas vindas de estados do nordeste e Minas.

Segundo Maria Agostinha da equipe de História Oral do Departamento do Patrimônio Histórico:

“Enquanto migrantes nordestinos afastados dos bairros pelo inchaço urbano da metrópole, eles não estão só à procura de moradia. Estão à procura de identidade e solidariedade.”

Agostinha acrescenta:

“Cada vez que se rasgou uma avenida, o caminhão da Prefeitura encostou nas favelas que estavam atrapalhando o caminho, e levou dezenas de famílias para Carapicuíba e Diadema. Os que não foram, vieram para Heliópolis. Esses são os que resolveram procurar onde morar com suas próprias pernas¹. ”

Esses dois trechos corroboram a análise do Eder Sader no âmbito da discussão em relação ao caráter de novidade na reelaboração dos discursos contestatórios.

¹. Acervo MCSP - Movimento Projeto Heliópolis

Frei Sérgio, um dos entrevistados, iniciou nos anos 1980 na pastoral da favela e na pastoral da moradia.

No princípio de sua trajetória nas lutas ele cita a ênfase:

“

**DE QUE AS PESSOAS, ISTO É, DE DIZER QUE
ELAS SÃO GENTE, O PRIMEIRO TRABALHO, SÃO
PESSOAS SÃO PESSOAS, E ELAS TINHAM QUE
TOMAR CONSCIÊNCIA DE QUE SÃO PESSOAS.**

Começaram a surgir nesse momento, da pastoral da favela, comissões de moradores, que eram grupos que coordenavam o trabalho, as pessoas que compunham as comissões eram eleitas pela população.

O que esse processo significa? Se descobrir enquanto pessoa, se descobrir enquanto pessoa trabalhadora e se descobrir enquanto agente da política ou agente político era um modo de despertar para a conscientização das causas comuns.

Daí surgem as reivindicações: água e luz para as favelas.

Após isso houve, segundo o entrevistado, um período de acomodação, uma vez que algumas necessidades básicas estavam supridas (água e luz); surgem então novas demandas: a demanda por terra na forma de concessão do direito de uso.

Em relação à organização comunitária, Frei Sérgio diz:

“

**ENTÃO FOI ESSE TODO UM TRABALHO
ORGANIZADO, MAS NÃO FOI ASSIM QUE, NÃO
NASCEU DA CABEÇA DE ALGUÉM ILUMINADO
NÃO, NASCEU DO PRÓPRIO Povo.**

A UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis surge como a unificação das comissões e das sociedades de amigos que estavam surgindo. Também, paralelamente, havia a igreja que atuava por intermédio do movimento de carestia e das pastorais (como a pastoral da favela e pastoral operária); e havia também a política partidária que passou a ter forte atuação.

Um dos acontecimentos que é resultado dessa organização da população pela reivindicação de direitos básicos e que é citado pelo Frei Sérgio é a caminhada do Ibirapuera até o palácio do governo no Morumbi. O que constituía os componentes de formação desses sujeitos era, então, os movimentos, a Igreja e os partidos.

Outro entrevistado é o Miguel, presidente da UNAS à época. Ele veio do Piauí nos anos 1970 e primeiro morou na Casa Verde, em seguida na Ponte Preta (divisa de São Paulo com São Caetano onde fica o córrego dos meninos) e depois no Arapuá.

Fez parte da pastoral operária da Vila Arapuá, antes de ir morar na favela. Assim relatou Miguel:

“

MAS FOI MESMO EM 76 QUE EU... QUE EU FIZ
UM EXAME DE CONSCIÊNCIA MESMO ATRAVÉS
DA REFLEXÃO COM A IGREJA, EU DE REPENTE
ACHO QUE ABRI OS OLHOS, AI EU ENTREI NO
MOVIMENTO DE CORPO E ALMA, AÍ FIZ UM
CASAMENTO, UMA ALIANÇA MESMO COM O
MOVIMENTO, MAS A NÍVEL DE PASTORAL, AI
FIQUEI PARTICIPANDO DO MOVIMENTO CONTRA
A CARESTIA, O MOVIMENTO DE LOTEAMENTO
CLANDESTINO, E A PASTORAL OPERÁRIA, E
NESSE MOVIMENTO LOTEAMENTO CLANDESTINO,
EU PARTICIPAVA DA PASTORAL DAS FAPELAS
COM A IRMÃ ENI E O FREI SÉRGIO.

Quem organizou o movimento de moradia em São Paulo, segundo Miguel, foi a pastoral da favela, que depois passou a se chamar pastoral da moradia, pelo motivo de que a questão da habitação na cidade era mais ampla do que o problema de habitação nas favelas. O intuito era organizar as favelas. Em seguida surgem as comissões de favela, que partirão do entendimento de que não daria para a igreja estar a frente do movimento:

“

PORQUE A IGREJA, ELA NÃO TEM QUE TOMAR
A FRENTE, ELA TEM QUE CONSCIENTIZAR,
POLITIZAR, ORGANIZAR, MAS TEM QUE O
MOVIMENTO TOMAR SUA DIREÇÃO (...).

Ao longo dos anos 1980 a luta por moradia vai se organizando. Esses movimentos ajudaram na reflexão e moldaram a prática política das pessoas de Heliópolis. Nesses relatos está contido o germe da indignação e o processo pelo qual essas pessoas organizaram essa indignação; a importância da formação individual e coletiva e o papel da educação como fundamento para pensar o futuro.

É importante frisar que um dos legados destas conquistas políticas que podemos observar até os dias de hoje é a ênfase no papel da educação. Não é à toa que o Heliópolis é reconhecido como bairro educador.²

2. Braz Rodrigues é um pedagogo aposentado que trabalhou em uma EMEF no Heliópolis. Militante pela educação, após um curso de formação em educação integral, foi o responsável por propor para o Heliópolis um modelo pedagógico baseado nos princípios da Escola da Ponte, que foi aceito pela coletividade e desde então tem sido posto em prática. Em resposta ao que seria um bairro o educador, Braz diz: “No bairro educador tenta-se articular todos os setores, todas as secretarias e há uma consciência comunitária que exige que o poder público faça aquilo que ele tem que fazer. As pessoas passam a ter uma demanda e a demanda principal é o atendimento aos direitos humanos. Os alunos não aprendem apenas na escola, mas aprendem na associação dos moradores, nas igrejas. Todo mundo tem que passar pela educação, ela é a chave de tudo. No bairro educador temos que desenvolver a ideia de que a gente aprende em todo lugar, com todos e para sempre. Porque isso é muito bonito, esse ‘para sempre’. É a educação que ajuda a vida a se desenvolver, deslanchar. A educação leva as pessoas a ter esperança, a não se submeter a nenhuma situação e dizer ‘é assim mesmo’. No bairro educador, as pessoas começam a ter uma outra visão sobre educação e começam a enxergá-la como prioridade. Se unem via educação para buscar os atendimentos aos direitos humanos. Todo mundo tem direito de comer, viver e morar razoavelmente. Todos têm direito à saúde, à paz. Tem que chegar a um ponto de viver em comunidade conscientemente. As pessoas teriam a noção e a certeza de que o outro existe. Aquilo que o outro precisa para viver, eu também preciso.”

Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2022/07/22/braz-rodriguez-bairro-educador/>.

Acesso em: 20 mar. 2025.

material educativo • 2025



investigações

imaginário possível

HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA



material
educativo

**imaginário
possível**
HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Imaginários possíveis : história oral e
cidadania / [coordenação Nádia Bosquê, Rodrigo
Fernandes, Edna Yumi Onodera]. -- São Paulo :
AEP Serviços Culturais, 2025. --
(Material educativo ; 1)

Vários autores.
ISBN 978-65-998785-7-2

1. Acervos institucionais 2. Ações educativas
3. História oral 4. Memória 5. Museu da Cidade de São
Paulo 6. Museus - Aspectos educacionais 7. Museus -
Coleções I. Bosquê, Nádia. II. Fernandes, Rodrigo.
III. Onodera, Edna Yumi. IV. Série.

25-257976

CDD-370.733

Índices para catálogo sistemático:

1. Museus e arquivos : Prática de ensino : Educação
370.733

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

04 PROPOSTAS EDUCATIVAS

- 06 **1. Artefatos de memórias e o registro da história oral**
- 08 **2. Saberes orais: entre rezadeiras e benzedeiras**
- 09 **3. Palavras cruzadas**
- 10 **4. Entre imagens e a criação de histórias**
- 11 **5. Criando patrimônios imateriais**
- 12 **6. Colagem afetiva**
- 13 **7. Cartografias das nossas memórias**

14 GLOSSÁRIO

26 FONTE DE PESQUISA

32 FICHA TÉCNICA

**propostas
educativas**

INVESTI QAÇÕES

“Sem jamais pensar no trabalho intelectual como de algum modo divorciado da política do cotidiano, optei conscientemente por tornar-me uma intelectual pois era esse trabalho que me permitia entender minha realidade e o mundo em volta, encarar e compreender o concreto. Essa experiência forneceu a base de minha compreensão de que a vida intelectual não precisa levar-nos a separar-nos da comunidade, mas antes pode capacitar-nos a participar mais plenamente da vida da família e da comunidade.”

bell hooks (1995)

A primeira e a segunda parte deste material educativo constituíram-se por textos e documentos que trouxeram aporte teórico e reflexivo sobre a história oral, museus, educação e movimentos sociais.

Essa terceira e última parte traz um apanhado de propostas investigativas que poderão ser utilizadas em diferentes ambientes educacionais, tais como educação formal, educação não-formal e educação informal, nos espaços educativos como museus, galerias, escolas e nos espaços de promoção da educação popular, como cursinhos populares, coletivos de arte, cultura e educação, associações de bairro, etc.

As propostas aqui contidas, bem como todo o material, têm o intuito de atrelar o trabalho de pesquisa e educação ao mundo cotidiano, atando o trabalho intelectual à vivência e olhar sobre o mundo e a cidade, com a participação e intervenção social.

Partindo dessa intenção, qual seria a melhor forma de atrelar estes dois componentes – pensamento e ação – se não por meio de uma investigação coletiva?

Desta forma, a história oral é apresentada como uma ferramenta para pensar sobre cidadania, memória e direito à cidade. As propostas a seguir intencionam para a concretização deste projeto de intervenção sobre a realidade e sobre o mundo à nossa volta (HOOKS, 1995).

PROPOSTA 1

Artefatos de memórias e o registro da História Oral



Essa proposta deve ser inicialmente apresentada em grupo e, posteriormente, realizada individualmente em seus lares. Proponha para os participantes que realizem um registro de história oral por meio de objetos de memórias familiares, sejam esses: **fotografias antigas, utensílios de cozinha, ferramentas, cartas, roupas**, entre outros.

Os participantes podem seguir os seguintes passos:

1.

Em um primeiro momento, elaborar um roteiro para a entrevista, que ajude a conhecer o familiar entrevistado, com perguntas que o identifiquem, como:

Qual o seu nome?

Em qual cidade e em qual ano nasceu?

Onde morou?

Qual a profissão exerceu?

Qual o grau de parentesco com o entrevistador?

E em um segundo momento, o objeto entrará em cena, as perguntas devem se voltar a ele para entender quais memórias ele pode evocar, servindo como um “disparador” de memórias.

O participante poderá formular perguntas como:

O que é esse objeto?

Qual seu uso?

A quem ele pertence ou pertenceu?

Quando ele entrou na família?

2. ↗

Essa segunda etapa depende de a entrevista ter sido gravada, o que pode ser feito com o auxílio de um celular.

Caso não possa ser gravada, sugerimos que os participantes anotem todas as perguntas e respostas e em caso de gravação sugerimos que façam uma transcrição, procedimento padrão de todo trabalho de história oral, lembrando de sempre respeitar os momentos de pausa e o linguajar do entrevistado (transcrevendo possíveis vícios de linguagem, gírias e até mesmo palavras consideradas “erradas” pela norma culta).

Essa prática se torna ainda mais interessante se mais pessoas forem entrevistadas (segundo o mesmo roteiro), isso permitirá chegar a uma história mais “neutra”, menos pessoal, do objeto pesquisado e qual a sua relação com o contexto que está inserido.

PROPOSTA 2

Saberes orais: entre rezadeiras e benzedeiras



A proposta tem como objetivo trazer, por meio da tradição e da oralidade, os saberes que advêm da cultura popular, como a medicina tradicional. Para isto, os participantes poderão:

Pesquisar alguma **receita de família que tenha a finalidade curativa**, como um chá, xarope, entre outras. Após escolher estes devem buscar saber de onde este conhecimento veio e como se estabeleceu na sua família ou território, compartilhando os saberes familiares e ancestrais.

A partir da pesquisa sobre o saber ou a prática, sugerimos que o participante **escreva uma receita**, com o passo a passo, ingredientes necessários etc.

Com o grupo novamente reunido, em formato de roda de conversa, poderá ser proposto que os participantes partilhem os saberes coletados, procurem se há receitas parecidas, se as histórias sobre elas se aproximam etc.

Outro passo possível para essa prática é a **criação de um livro de receitas tradicionais**, o preparo coletivo de alguma dessas receitas, e talvez até mesmo o cultivo de alguns desses ingredientes no local onde o grupo costuma se reunir. A escolha da forma como esta proposta deve ser finalizada fica a cargo dos educadores envolvidos nas ações.

PROPOSTA 3

Palavras cruzadas



Essa proposta pretende, através de um jogo de palavras cruzadas, fornecer um caminho para os participantes se aprofundarem nos termos contidos no glossário do material.

As palavras cruzadas e o glossário podem ser impressos e entregues aos participantes, ou ela pode ser resolvida em conjunto após uma leitura, também em conjunto, do glossário.

Respostas

Palavras Cruzadas

- 1.** Descolonizar
- 2.** Imperialismo
- 3.** Memoração
- 4.** Ameríndios
- 5.** Etnocêntrico
- 6.** Diáspora
- 7.** Democracia Racial
- 8.** Colonialismo
- 9.** Encantaria
- 10.** Hieróglifos
- 11.** Macumba
- 12.** Racismo



PROPOSTA 4

Entre imagens e a criação de histórias



A proposta prevê o uso das imagens que compõem este material educativo.

Para a realização desta, os participantes lançarão mão de saberes como a leitura de imagens e a criação narrativa.

Para isto estes deverão seguir o seguintes passos:

1. ↗

Escolher, individualmente ou em pequenos grupos, uma das imagens que fazem parte deste material.

2. ↗

Utilizando tanto as imagens de pessoas quanto as imagens compostas de paisagens, os participantes devem criar uma história sobre estes, envolvendo nessas narrativas fabuladas alguns dos conceitos/histórias que foram abordadas no material.

A ideia com esse exercício de fabulação é tentar dar uma caráter visual às histórias orais apresentadas no material.

Para finalizar a atividade os participantes devem compartilhar suas narrativas, discutir com os colegas as possibilidades de suas fabulações, se parecem plausíveis ou não, a todo o grupo e debater o porquê de suas escolhas.

PROPOSTA 5

Criando patrimônios imateriais



Propomos que os participantes selecionem alguma **prática imaterial** e argumentem, por meio da pesquisa e de uma provável vivência com essa prática, o por que esta deve ser considerada enquanto patrimônio imaterial de um povo, região ou país. Para ajudar na escolha e em uma possível inscrição os participantes devem buscar responder às seguintes perguntas norteadoras:

Qual prática deve ser salvaguardada?

Em que região do país ela se originou?

Esta prática ou saber é fonte de subsistência para um determinado povo?

Este saber está em perigo de extinção?

Porque esta prática deve ser salvaguardada ?

EXEMPLO: O acarajé foi registrado como patrimônio imaterial de Salvador no ano de 2022, pois foi entendido como uma prática – um saber fazer – que remonta à herança cultural deixada pelos povos africanos no Brasil. Sabendo disso, entendemos que salvaguardar este saber consiste em preservar não só uma cultura, um alimento ou uma prática religiosa, mas também um meio de subsistência para muitas famílias, não só em Salvador, mas em todo o país. Desta forma, compreendemos que o título de patrimônio imaterial conferido ao acarajé é um meio de reconhecer a contribuição da cultura afro-brasileira.



PROPOSTA 6

Colagem afetiva



A proposta consiste em **reconstituir memórias afetivas por meio da criação de colagens**.

Para isto, os participantes devem selecionar alguma memória familiar que tenha sido salvaguardada por meio da oralidade, alguma memória que estes só tenham conhecimento porque é passada por meio da história oral, em vocabulário popular é realizada no “boca a boca”.

Após realizarem este processo, estes devem buscar criar uma nova imagem utilizando fotos, desenhos, objetos, figuras de revistas, dentre outros recursos, a fim de realizar um processo criativo sobre a memória.

Essa atividade visa trazer a memória e a oralidade como uma ferramenta criativa, assim evidenciando como a arte, memória e oralidade podem ser campos que se cruzem na encruzilhada do fazer da educacional (RUFINO, 2019).

PROPOSTA 7

Cartografias das nossas memórias



A proposta consiste em utilizar o mapa que compõe este material como **dispositivo de localização e de memória**, assim como no mapa estão sinalizados em que região da cidade se encontram os movimentos sociais contidos no bloco dois do material.

O primeiro passo é organizar uma roda de conversa e utilizar o mapa como um disparador de memórias. Os participantes devem sinalizar em qual região da cidade residem e selecionar uma **memória afetiva** que eles têm da sua região, por exemplo uma **praça**, um **parquinho** etc, depois devem partilhar com os colegas essa memória.

Essa proposta busca trazer aos participantes a importância da memória e da oralidade como ferramentas que nos auxiliam a entender e a vivenciar a cidade - fazem parte da inteligibilidade do território - além de dimensionar o fato de que os próprios objetos - como um mapa - podem ser utilizados como disparadores de memórias e essas, por sua vez, podem ser transmitidas por meio da oralidade, identificando-a tanto como uma ferramenta de salvaguarda e de proliferação da memória.



GLOSSÁRIO



AMERÍNDIOS

Os “ameríndios” são os povos indígenas das Américas, descendentes dos habitantes originários desses territórios no tempo que precede a invasão portuguesa. Os povos ameríndios são múltiplos e diversos em termos de culturas, línguas, tradições e modos de vida. Antes da colonização européia, as Américas eram habitadas por milhares de grupos étnicos distintos, cada um com sua própria história e identidade cultural.

BARBÁRIE

Marca da brutalidade e desumanização imposta a povos considerados inferiores pelos europeus em nome de uma missão civilizadora que fundamenta o colonialismo europeu, promotora de noções de progresso e desenvolvimento, e que se espalha para Europa com a ascensão de noções da supremacia racial branca-ariana. Reflete um estado da sociedade

caracterizado pela perda de valores humanos, como a compaixão e a solidariedade, onde as pessoas perdem a conexão consigo mesma e com a sociedade.

CIVILIZADOS

Termo comumente usado para se referir a uma cultura e\ou povo considerado superior, partindo de uma perspectiva histórica este termo é usado para se referir ao padrão de costumes e percepções de mundo que dizem respeito a uma cultura ocidental, e que por isso, é utilizada como forma de subjugar povos e culturas que não pertencem ao padrão cultural ocidental e eurocentrado.

COLONIALISTA

Uma forma de dominação de uma nação sobre a outra, por meio de sua cultura, território e economia.

CONGADOS

O congado é uma manifestação cultural e religiosa de origem afro-brasileira, que combina elementos de dança, música e teatro. Ele é especialmente associado às celebrações em honra a santos católicos, como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, é praticado em várias regiões do Brasil, especialmente em Minas Gerais. Além de ser uma expressão artística, o congado também é uma forma de preservar a cultura e a identidade afrodescendente, promovendo a celebração da fé e das tradições negras.

COSMOPERCEPÇÃO

A “cosmopercepção” refere-se à maneira como os seres humanos percebem e compreendem o cosmos, o universo ou a natureza do mundo que os rodeia. É uma expressão que combina “cosmo”,

relacionada ao universo em sua totalidade, com “percepção”, que se refere à forma como interpretamos e compreendemos o que nos cerca. Envolve a maneira como os seres humanos entendem a natureza e o funcionamento do universo, incluindo a Terra, o espaço, as estrelas, os planetas e outros corpos celestes. Isso pode incluir concepções sobre a origem do universo, sua estrutura e sua evolução ao longo do tempo.

CULTURA MATERIAL

Diz respeito a importância dos objetos para uma determinada cultura e sociedade, é por meio destes que é passado os legados culturais de uma sociedade são deixados para sociedades posteriores. Como exemplo podemos entender que os monumentos de uma cidade, fazem parte da cultura material de uma determinada sociedade.

DEMOCRACIA RACIAL

Ideia difundida pelo sociólogo Gilberto Freyre na obra “Casa Grande e Senzala”, de 1933, que defendia que as diferentes etnias que compõem a sociedade brasileira (brancos, indígenas e negros) convivem de maneira pacífica e igualitária. É tratada como um mito, pois foi pensada em oposição a sociedades em que havia legislações segregacionistas (como os EUA ou as, à época, colônias europeias em África) e ignora as profundas desigualdades raciais e sociais herdadas da sociedade escravocrata (que se convencionou chamar de racismo estrutural) que persistiram e persistem até hoje no Brasil.

DESCOLONIZAR

É um termo normalmente utilizado para se referir aos processos de independência dos países africanos no século

XX, porém este termo vem sendo usado com frequência para designar uma postura de negação a todos os padrões de percepção e de ação no mundo que dizem respeito ao colonialismo.

DIÁSPORA

A diáspora africana é um dos maiores e mais significativos movimentos migratórios da história, envolvendo uma dispersão de povos africanos para várias regiões do mundo, devido à escravidão transatlântica. A diáspora africana tem suas raízes na escravidão transatlântica, que começou no século XVI e durou até o século XIX, milhões de africanos foram raptados, vendidos como escravos e transportados para as Américas, para o trabalho forçado em plantações de açúcar, tabaco, algodão entre outras tarefas.

ENCANTARIAS

Formas de manifestação e cultos aos encantados e divindades dos cultos afro-brasileiros ou afro-ameríndios.

mundo. Uma abordagem eurocentrada tende a enfatizar a história, cultura, política e as contribuições europeias em detrimento de outras regiões do mundo.

ETNOCÊNTRICA

O termo “etnocêntrico” descreve uma perspectiva ou atitude na qual alguém interpreta o mundo com base nos valores e padrões de sua própria cultura, considerando-os superiores aos de outras culturas. O etnocentrismo envolve uma visão tendenciosa do mundo, na qual a cultura, valores e normas do próprio grupo são considerados como o padrão pelo qual todas as culturas serão avaliadas.

EUORREFERENCIADA

O termo “pensamento eurorreferenciado” refere-se a uma perspectiva, abordagem ou conjunto de ideias que são influenciadas pela cultura, história, valores ou políticas predominantes no continente europeu. O “pensamento eurorreferenciado” pode ser compreendido como uma leitura de mundo que é moldada pelas experiências e perspectivas dos países europeus, assim sendo o pensamento eurorreferenciado é por natureza etnocêntrico ou eurocêntrico.

EUROCENTRADA

É uma descrição que se refere a uma perspectiva, abordagem ou narrativa que coloca a Europa no centro do debate, tornando-a ponto de partida em relação ao

GRIOTS AFRICANOS

Os griots africanos são contadores de histórias, de itans, músicos, poetas tradicionais e tradicionalistas africanos, assim como Amadou Hampaté-Bá referenciado nos textos deste material. Os Griots desempenham um papel fundamental nas culturas e nas histórias das comunidades africanas, especialmente, pois são responsáveis por preservar e transmitir as tradições através da oralidade. Os griots utilizam a música e a narrativa para difundir a educação e manter vivas as memórias coletivas, comumente acompanhados por instrumentos musicais como o balafon ou a kora. Além de serem figuras de preservação e guardiões da história, os griots também atuam como conselheiros e mediadores em questões sociais e políticas, em consonância às tradições africanas que tem por máximo preceito o respeito aos mais velhos.

HIERÓGLIFOS EGÍPCIOS

Compõem um sistema de escrita pictográfica utilizado no antigo Egito, têm suas origens em símbolos pictográficos usados pelos antigos egípcios para representar objetos, animais e ideias. Com o tempo, esses símbolos evoluíram para um sistema de escrita complexo, com milhares de caracteres diferentes.

IMPERIALISTA

Comumente usado para falar de uma forma de dominação de uma nação sobre a outra por meio dos seus aspectos culturais, territoriais e econômicos, no entanto, o imperialismo é usado para se referir aos processos de dominação que ocorreram no século XX, diferente do colonialismo que é usado, normalmente para se referir ao período da expansão marítima europeia, ou seja séculos XV e XVII.

ITANS

Itan é um termo que se refere a histórias e contos das tradições africanas, especialmente nas culturas iorubás, esses contos são fundamentais para a transmissão de conhecimentos e ensinamentos calcados na sabedoria e na cosmovisão de povos africanos, esses conhecimentos passam de geração em geração através da oralidade. Contar as histórias ancestrais e da orixalidade é importante para a supravivência das identidades culturais nas comunidades afrodiáspóricas.

a herança cultural afrodiáspórica.

MACUMBAS

É um termo utilizado popularmente para referir-se às práticas religiosas afro-brasileiras, ao longo dos séculos serviu como palavra estigmatizante e ofensiva, na contemporaneidade é ressignificada pelo povo de santo, sendo comumente usada pelos praticantes entre si. Consiste em um instrumento musical originário do continente africano, a palavra Macumba advém do quimbundo: ma'kôba.

JONGOS

O jongo é uma expressão cultural e musical que tem raízes nas tradições afro-brasileiras. Os jongos podem ser encontrados em festivais, celebrações e eventos culturais negros, são uma maneira de preservar e celebrar

MEMORAÇÃO

Ação, de indivíduos, grupos sociais ou mesmo nações, ligada à preservação, proteção e celebração de uma memória ou história.

NEOCOLONIALISMO

O neocolonialismo se refere à persistência de formas de dominação ou recriação das mesmas para continuidade da exploração e controle exercidas por países ou instituições sobre regiões que anteriormente foram colonizadas (veja o termo colonialismo). Na maioria das vezes ocorre através do domínio econômico, no qual os antigos colonizadores ou outros países mantêm influência sobre as economias das nações independentes, realizando a extração e exploração de recursos naturais, com benefícios desproporcionais para as empresas estrangeiras em detrimento das populações locais, essa atuação além de arraigar as desigualdades, por vezes tem como consequências crimes ambientais que promovem o ecocídio, como ocorreu em Brumadinho e Mariana (MG), no caso do Sudão pela exploração do

petróleo ou de cobalto na República Democrática do Congo.

PAPIRO DE AHMES

Também conhecido como Papiro Matemático Rhind, é um antigo documento matemático egípcio datado de cerca de 1650 aC. Ele recebeu o nome do escritor Ahmes, que copiou e preservou o texto. Aqui está um resumo sobre esses importantes objetos: O Papiro de Ahmes é um dos mais antigos manuscritos matemáticos conhecidos e contém um conjunto de problemas matemáticos e soluções, incluindo aritmética, álgebra, geometria e frações.

POVOS ÁQRAFOS

É um termo usado para descrever sociedades que não estão inseridas nos sistemas de escrita formal, segundo perspectiva eurorreferenciada, são comunidades ou civilizações que não criaram sistemas de escrita alfabetica, silábica ou logográfica para registrar sua língua ou seu conhecimento.

PROCESSO COLONIZATÓRIO

Entre os séculos XV a XVII, países europeus expandiram os seus territórios, principalmente nas Américas, África e Ásia, através da invasão e ocupação desses territórios, em busca de riqueza, utilizando-se da conversão religiosa, embarcaram em viagens de exploração, procurando novas rotas comerciais e acesso a recursos valiosos navegaram para terras desconhecidas,

estabelecendo contato com povos indígenas e povos originários.

QUIPOS INCAICOS

Também conhecidos como quipos ou khipus, são sistemas de registro e comunicação utilizados pelo Império Inca e outras culturas pré-colombianas na região dos Andes, na América do Sul, consiste em um conjunto de cordas de diferentes núcleos e comprimentos, amarradas a uma corda principal. Os nós nas cordas, em sua posição e número, representavam informações codificadas, incluindo estatísticas, registros contábeis, genealogias, eventos históricos e até mesmo narrativas.

RACIALIZAÇÃO

A racialização é um processo pelo qual as pessoas são categorizadas, estereotipadas e

inferiorizadas com base em sua raça através da leitura social, isso influencia a vida das pessoas em sua totalidade. A racialização de pessoas negras e indígenas no Brasil frequentemente envolve a aplicação de estereótipos negativos e preconceitos, atrelando essas pessoas a estigmas que ditam sua vivência em sociedade.

catimbó, ifá, omolokô, quimbanda, tambor de crioulo, tambor de mina, umbanda, vodum. Essas religiosidades são advindas da ancestralidade africana, sendo cultos, toques, danças e ritualísticas que incorporam elementos culturais e religiosos presentes no continente africano ou criados em solo brasileiro através da diáspora.

RACISMOS

o termo encontra-se no plural para evidenciar as tipologias de racismo, são elas: ambiental, científico, cultural, epistêmico, estrutural, institucional, linguístico, midiático, penal, religioso.

RELIQIÕES AFRO-BRASILEIRAS

Alguns exemplos sistemas ou cultos religiosos chamados por religiões de matriz africana, são: cabula, candombe, candomblé, calundu,

RODAS DE CAPOEIRA

As rodas de capoeira são encontros onde capoeiristas se reúnem para tocar, cantar e ouvir as músicas de capoeira, enquanto praticam os movimentos desse jogo-ginga que combina dança, luta e manobras corporais, ao som do berimbau que entoa canções que fazem parte das tradições da capoeira.

SANKOFA

Sankofa é um conceito africano, originário da cultura Akan, que significa “voltar e pegar”. Ele simboliza a importância de aprender com o passado para construir um futuro melhor. O termo é frequentemente representado por um pássaro que olha para trás, simbolizando a ideia de que é essencial revisitar e valorizar a história e as tradições para avançar de forma consciente e sábia.

suas raízes, em meio à realidade escravagista que os destruiu de todo elemento cultural e humanizatório. Os vissungos ainda se fazem presentes em músicas de jongo, congado, rodas de capoeira e em sambas como no álbum *O canto dos escravos* (1982) de Clementina de Jesus, Doca e Geraldo Filme.

VISSUNQOS

Os vissungos são cantos de trabalho que foram criados e entoados por pessoas escravizadas no Brasil, esses cantos serviam para acompanhar as atividades laborais, extravasar sentimentos, contar histórias e manter vivas as culturas de povos afrodescendentes. Os vissungos eram uma forma de resistência cultural e uma maneira de manter vivas as

FONTE DE PESQUISA



ADICHIE, Chimamanda. Perigo de uma História Única. Companhia das Letras. 1º ed. 2019.

ASANTE, M. K. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, E. L. (org.). Afrocentricidade uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo, Summus/Selo Negro, 2021. p. 93-110.

BÂ, Amadou Hampâté. “A tradição viva”. In: KI-ZERBO, Joseph, in: História geral da África I. Brasília/UNESCO, 2010.

BENJAMIN, Walter. O Anjo da História. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

BENTO, C. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. Quando o sol aqui não mais brilhar: a falência da negritude. editora N-1 edições, 2022.

BRASILEIRO, Castiel Vitorino. Tornar-se imensurável: o mito negro brasileiro e as estéticas macumbeiras na clínica da efemeridade. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24708> . Acesso em: 30 jun. 2024.

CARNEIRO, Sueli. Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. São Paulo: Veneta, 2020.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Cidadania cultural: o direito à cultura. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CONRAD, Joseph. Coração das Trevas. Editora Darkside. 1º ed. 2021.

DA SILVA, Eleonora Félix. E.P. Thompson e as contribuições para a história social e os estudos sobre escravidão, 2008.

DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro - 1º edição. São Paulo: Editora Veneta, 2021.

ELIAS, Norbert. O Processo Civilizador, v.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. tradução de Renato da Silveira. Salvador : EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

GARCIA, Marco Aurélio. Tradição, Memória e História dos Trabalhadores. In: O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, Nº 92/93 (jan./jun.). 1988b, p. 69-82.

GONZALEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos. Lugar de negro. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero, 1982.

HOBESBAWM, Eric. Sobre História. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KIOMBA, Grada. Memórias da Plantação. Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KINCAID, Jamaica. Perder a Mãe. Editora Alfaguara. 1º ed. 2020.

KI-ZERBO, Joseph. História geral da África I. Brasília/UNESCO, 2010.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. A queda do céu. Palavras de um xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSÍK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

LE GOFF, Jacques. Enciclopédia Einaudi. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1996.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo; Boitempo Editorial, 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo : n-1 edições, 2018.

MEIRA, Júlio Cesar. A contribuição de E.P. Thompson para os estudos históricos. In: Revista Expedições: Teoria da História e Historiografia. v.5, n.1, p. 188-207, jan./jul. 2014.

MORAIS, Ana. Mulheres periféricas constroem seus mundos com as próprias mãos: Urbanização e as mulheres militantes do jardim macedônia, capão redondo, na década de 1980. trabalho de conclusão de curso (especialização) - Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo, 2002.

MOURA, Clóvis. Brasil: raízes do protesto negro, São Paulo, Global, 1983.

MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNDURUKU, Daniel. O Banquete dos Deuses: conversa sobre a origem da cultura brasileira. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro : processo de um racismo Mascarado. 1. ed. - São Paulo : Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. A cor do inconsciente: significações do corpo negro. Perspectiva, 2021.

RAMOS, Paulo César. Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). São Paulo, 2021. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19052021-202215/publico/2021_PauloCesarRamos_VCorr.pdf. Acesso em: 30 de jun. 2024.

RÉBÉRIOUX, Madeleine. Lugares da Memória Operária. In: O Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH, 1992.

RODNEY, Walter. Como a Europa subdesenvolveu a África. São Paulo: Boitempo, 2022.

ROLNIK, Raquel. São Paulo: o planejamento da desigualdade. São Paulo: Fósforo, 2022.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SHARPE, Christina. Algumas notas sobre o dia a dia. Editora Fósforo. 1º ed. 2023.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

THOMPSON, Edward Palmer. A Formação da Classe Operária Inglesa, v.1, 4 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em Comum - estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TROUILLOT, Michel-Rolph. Silenciando o passado: poder e a produção da história; tradução de Sebastião Nascimento. - Curitiba: huya, 2016.

VENÂNCIO, Robson Cardoso. O Aristocrata Clube: resistência e movimentação da população negra na cidade de São Paulo (1960 - 1970), 2022. Trabalho de conclusão de curso de graduação. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas EFLCH UNIFESP. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/6341e97d-303b-4d11-8762-646745d78060>. Acesso em: 30 jun. 2024.

VERGÈS, Françoise. Por Um Museu Sem Objetos. 35º Bienal de São Paulo. 2023. <<https://35.bienal.org.br/o-museu-sem-objetos/>> acesso em: 30\04\2024.

WEST, Cornel. Questão de Raça, tradução de Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

WILDERSON III, Frank B. Afropessimismo. Todavia, 2021.

F I C H A TÉCNICA

PREFEITO

Ricardo Nunes

**SECRETÁRIO MUNICIPAL
DE CULTURA E ECONOMIA
CRIATIVA**

José Antônio Silva Parente

SECRETÁRIA ADJUNTA

Carol Lafemina

CHEFE DE GABINETE

Rogério Custódio de Oliveira

**DEPARTAMENTO DOS
MUSEUS MUNICIPAIS**

Marcos Cartum

**MUSEU DA CIDADE DE SÃO
PAULO****Núcleo de Administração**

Eliane Aparecida de Oliveira
(coordenação), Fernando Luiz
de Camargo, George Paulo
Oliveira, Marfísia Lancellotti,
Mauro Marcelo de Souza

**Núcleo de Acervo
Arquitetônico**

Igor Cortinove, Lannes
Galil Moura, Regina Helena
Vieira Santos, Ricardo
Aguillar da Silva, Roberto de
Souza (coordenação), Julia
Nariçawa (estagiária)

Núcleo de Curadoria

Henrique Siqueira
(coordenação), Lindolfo
Roberto Nascimento, Mariana
Bernardino Souza, Monica
Caldiron, Paulo Vinicio de
Brito, Jopê (estagiário)

**Núcleo de Formação e
Desenvolvimento de Públicos
- Educativo**

Nádia Bosquê (coordenação)
e Rodrigo Pereira Fernandes

**Núcleo de Museologia e
Acervos**

Brenda Alves Marques, Bruna
Bonifácio de Almeida, Elton
Bueno de Toledo, Emilia
Maria de Sá, Evaldo Piccino,
Fernanda Mendes Queiroz,
Mariza Melo Moraes, Paula
Talib Assad (coordenação),
Vera Maria Porto de
Toledo Piza, Gabriela de
Lima Cavalcante Barbosa
(estagiária), Maria Vitória
Vagonete dos Santos
(estagiária), Wesley de Jesus
Novato (estagiário)

Núcleo de Produção Cultural

Tereza Cristina Ribeiro
Lacerda (coordenação)
e Renata Esquilache
(estagiária)

Programa Jovem Monitor**Cultural**

Giulio Aruã de Holanda
Santiago, Laysla dos Santos
Roberto e Yara Silva

Serviços Terceirizados

Arteseducação Produções
(educativo)
CIBAM Engenharia
(manutenção predial)
Jumper Segurança e
Vigilância Patrimonial Ltda.
Grupo Paineiras (limpadora)

ARTEDUCAÇÃO PRODUÇÕES**Supervisão Técnica**

Edna Onodera

Supervisão Administrativa

Kátia Donley
Luana Venâncio

Supervisão Educativo

Bianca Ferrari
Cassandra Moura
Rodrigo Monteiro

Comunicação Educativo

Andréa Faragacci

Educadores

Adelaide de Estorvo
Alaide Cadima
Amanda Filgueiras
Ananda Castilho
Bianca Mariano
Bruna das Virgens
Bru Kariri
Eduardo Lourenço
Flavia Santos
Frida Córdova
Gabriela Cometi
Gabriela Nunes
Gabriela Robles
Gustavo Silva Sousa
Heloisa dos Santos
Heloisa Rosa
henriq male
Hyana Moura
Isabella Stoschek

Isadora Borges
Isis Silva
jodes moreira
Layla Bucaretschi
Lidia Bardaoui
Lilian Damasceno
Lucas Xavier
Muriel Alessandra
Mariana Garcia
Mars de Carvalho
Marco Antônio de Mattos
Mariana Rezende
Mario Miranda
Naylson Rodrigues Costa
Nivea Matias
Paloma Barbosa
Pamela Nascimento
Pedro Pereira
Rafael Pencinato
Renée Ferreira
Rodrigo Lima
Vicente Alves
Vítor Cruz
Vítor Torres
Vitória Carmo
Vitória Dias Cuba
Wellington Conegundes
Wipsley Mesquita
Yves Baeta

MATERIAL EDUCATIVO

Projeto editorial, pesquisa e textos

Cassandra Moura
Eduardo Lourenço
Heloisa Rosa
Isis Silva
Lidia Bardaoui
Lucas Xavier
Rafael Pencinato

Projeto gráfico e diagramação

Andréa Faragacci

Ilustração

Lidia Bardaoui

Agradecimentos

Centro de Memória Queixadas
- Sebastião Silva de Souza

As imagens utilizadas são parte do acervo iconográfico do Museu da Cidade de São Paulo e do Centro de Memória Queixadas - Sebastião Silva de Souza.

Este material educativo foi impresso pela Cinelândia - Gráfica e Editora. A tiragem é de 1.000 exemplares.

São Paulo, 2025

museu da cidade de são paulo

BECO DO PINTO

R. Roberto Simonsen, 136
Sé - São Paulo

CAPELA DO MORUMBI

Av. Morumbi, 5387
Morumbi - São Paulo

CASA DA IMAGEM

R. Roberto Simonsen, 136b
Sé - São Paulo

CASA DO BUTANTÃ

Pç. Monteiro Lobato
Butantã - São Paulo

CASA DO CAXINGUI

Praça Énio Barbato, s/n
Caxingui - São Paulo

CASA DO GRITO

Pç. do Monumento, s/n
Vila Monumento - São Paulo

CASA DO TATUAPÉ

R. Guabijú, 49
Tatuapé - São Paulo

CASA MODERNISTA

R. Santa Cruz, 325
Vila Mariana - São Paulo

CHÁCARA LANE

R. da Consolação, 1024
Consolação - São Paulo

CRÍPTA IMPERIAL

Pç. do Monumento, s/n
Vila Monumento - São Paulo

SÍTIO DA RESSACA

Rua Nadra Raffoul Mokodsi, 3
Jabaquara - São Paulo

SÍTIO MORRINHOS

Rua Santo Anselmo, 102
Jd. São Bento - São Paulo

SOLAR DA MARQUESA DE SANTOS

(sede) R. Roberto Simonsen, 136
Sé - São Paulo

ENTRADA GRATUITA

De terça-feira a domingo, das 9h às 17h
(sem necessidade de agendamento para visita espontânea)

agendamento de grupos: educativomuseudacidade@gmail.com

site: www.museudacidade.prefeitura.sp.gov.br

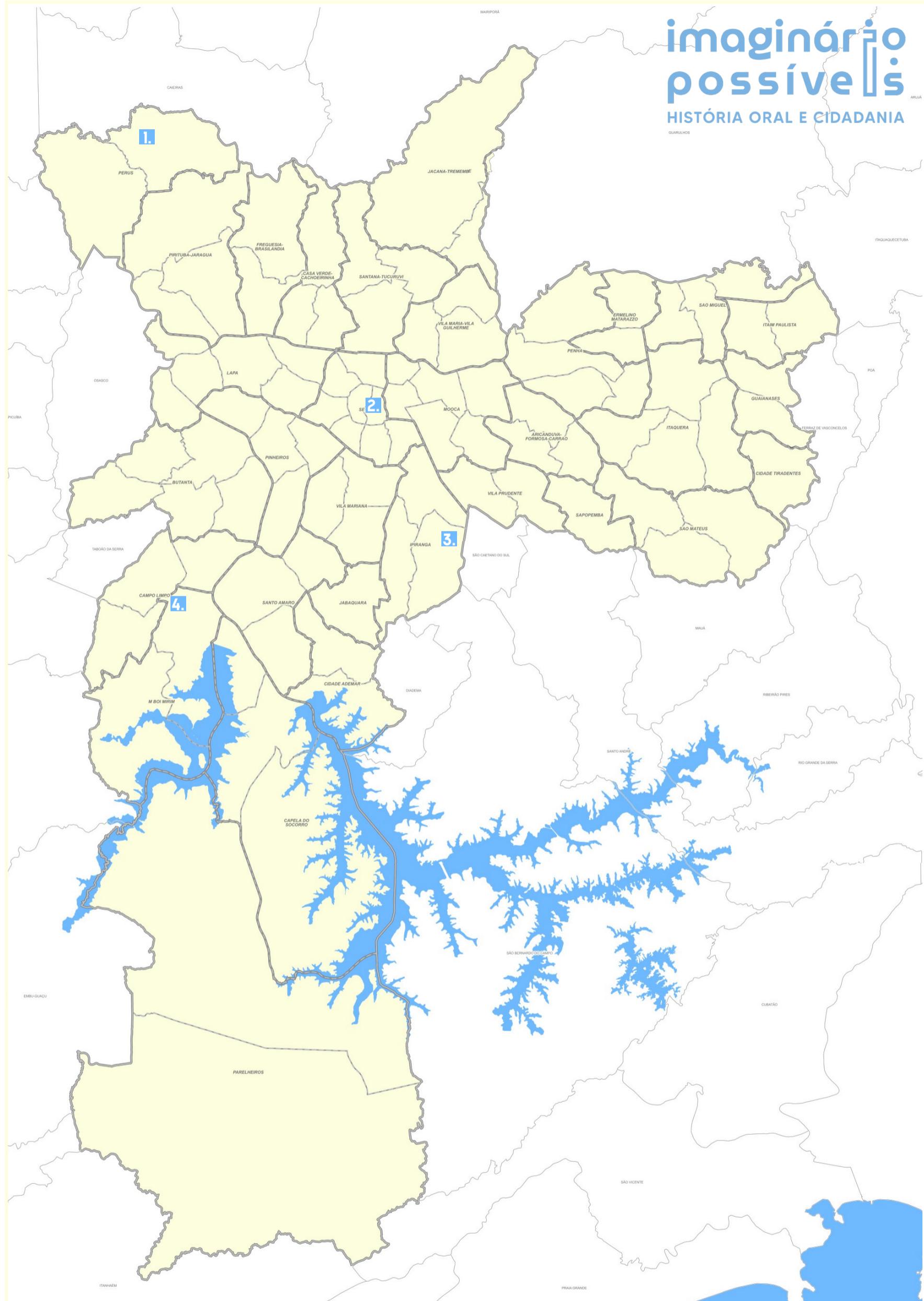
contato: museudacidade@prefeitura.sp.gov.br

material educativo • 2025



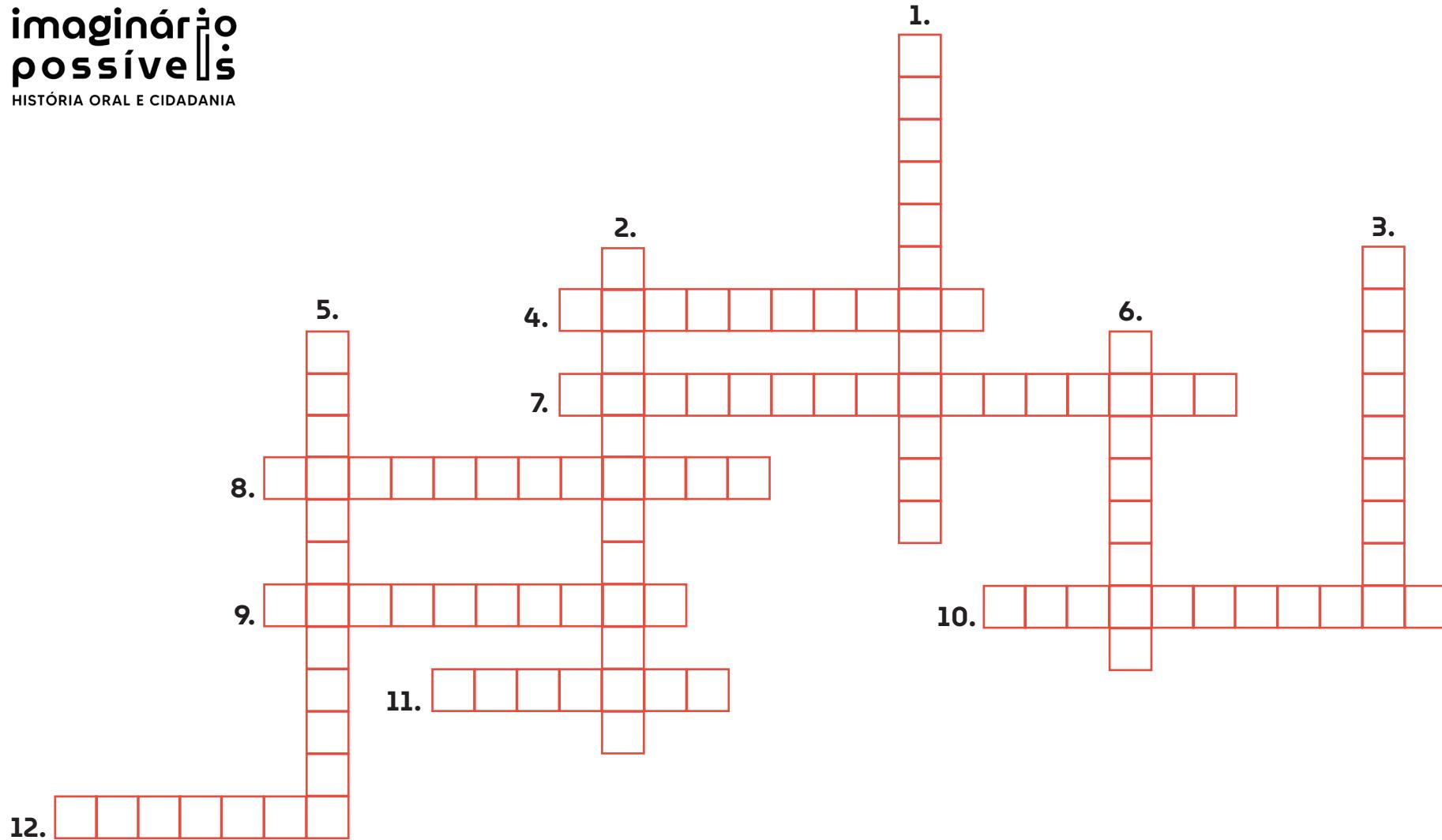
mapa da cidade de são paulo

imaginário
possíveis
HISTÓRIA ORAL E CIDADANIA



legendas

1. Fábrica de Cimentos Portland Perus;
2. Departamento de Patrimônio Histórico - Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo;
3. UNAS - União de Núcleos, Associações dos Moradores de Heliópolis e Região;
4. Hospital Municipal Dr. Fernando Mauro Pires da Rocha - Hospital Municipal do Campo Limpo.



VERTICAL

- 1. Negação de padrões colonialistas de percepção
- 2. Dominação de uma Nação sobre outra
- 3. Preservação ou celebração de uma memória
- 5. Foco em apenas uma etnia
- 6. Dispersão forçada de um povo

HORIZONTAL

- 4. Povos pré-colombianos nativos das Américas
- 7. Ideia sobre etnias e sociedade brasileira
- 8. Forma de dominação de Nação sobre outra Nação ou povo (séc. XV e XVII)
- 9. Manifestação e culto aos encantados
- 10. Escrita egípcia
- 11. Termo advindo da palavra "ma'kôba"
- 12. Preconceito baseado em diferenciação racial

**De onde vem o
nome do bairro/
rua onde você
mora?**

**Você sabe como
sua família chegou
no seu bairro?
De onde eles
vieram?**

**Suas memórias
são só suas?
Existe algo que você
se lembre por que
alguém te contou?**

**O que é
um
bairro
educador?**

**Memórias
tem
cheiro?
E cor?**

**Qual é a cidade
dos seus sonhos ?
E qual a cidade da
sua memória?**

**Quem
tem
direito
à cidade?**



< Comunidade de Heliópolis > Márcia Inês Alves, 1992.



< Comunidade de Heliópolis > Márcia Inês Alves, 1992.



< Comunidade de Heliópolis > Márcia Inês Alves, 1992.



< Comunidade de Heliópolis > Márcia Inês Alves, 1992.



< Comunidade de Heliópolis > Márcia Inês Alves, 1992.



< Expedição São Paulo 450 anos > Nair Benedicto, 2004.

CANELA
EM PAU

FOLHA
DE BORDO

PAU
TENENTE

FOLHA
DE EUCALIP.

GUACO





< Expedição São Paulo 450 anos > José Francisco Diório, 2004.



< João Breno e Terezinha Pinto > Pedro Farkas, 1978.



< Rogério e João Breno com equipe de som > Pedro Farkas, 1978.



< Projeto “Trajetória do Negro no Espaço Paulistano” > Michael Robert Alves de Lima, 1988.



< Projeto “Trajetória do Negro no Espaço Paulistano” > Michael Robert Alves de Lima, 1988.